

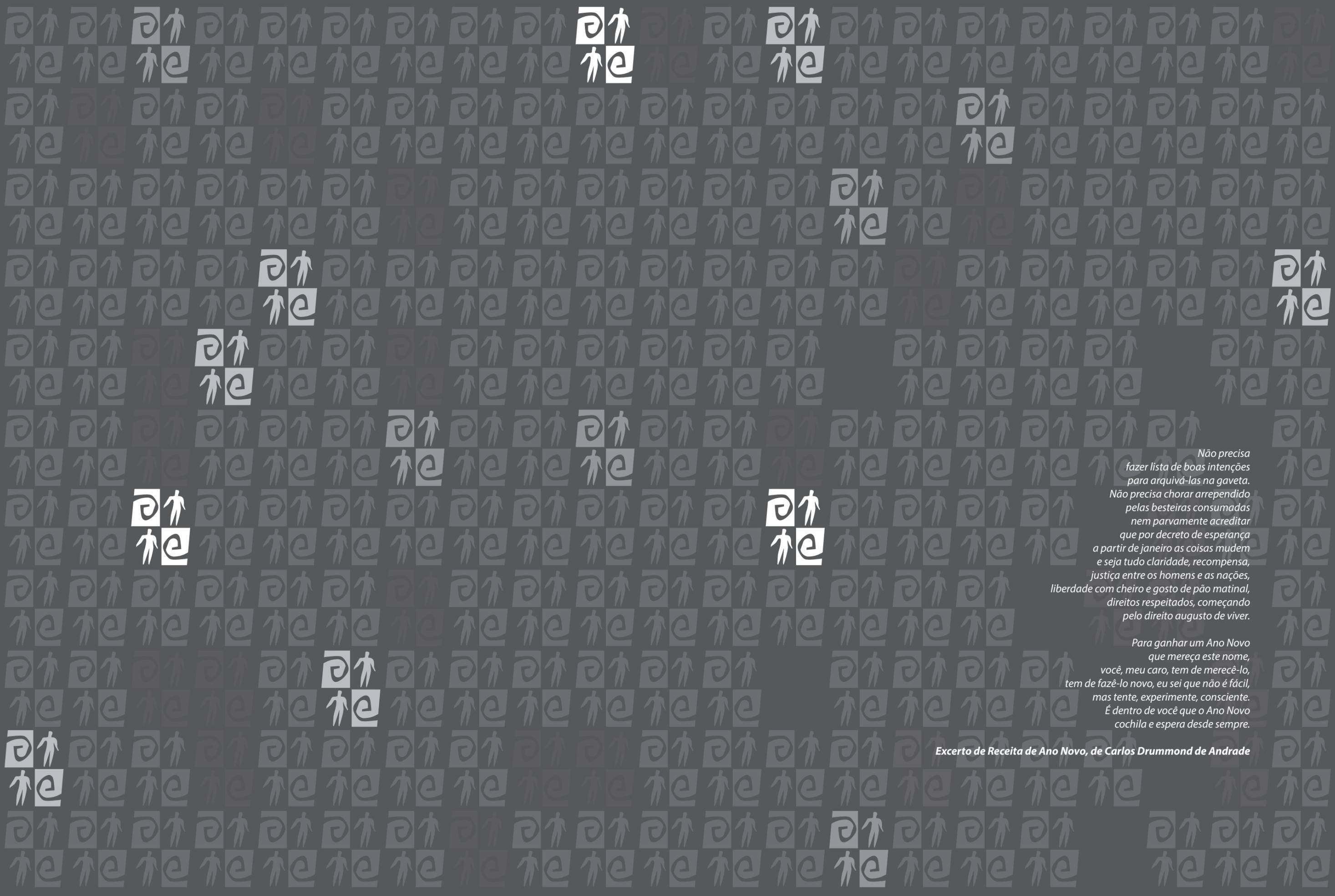
2016

Plano Quadrienal **2016 -2019**

VERSÃO PREMILINAR SUBMETIDA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE SÓCIOS

Abril de 2016
São Paulo





*Não precisa
fazer lista de boas intenções
para arquivá-las na gaveta.
Não precisa chorar arrependido
pelas besteiras consumadas
nem parvamente acreditar
que por decreto de esperança
a partir de janeiro as coisas mudem
e seja tudo claridade, recompensa,
justiça entre os homens e as nações,
liberdade com cheiro e gosto de pão matinal,
direitos respeitados, começando
pelo direito agosto de viver.*

*Para ganhar um Ano Novo
que mereça este nome,
você, meu caro, tem de merecê-lo,
tem de fazê-lo novo, eu sei que não é fácil,
mas tente, experimente, consciente.
É dentro de você que o Ano Novo
cochila e espera desde sempre.*

Excerto de Receita de Ano Novo, de Carlos Drummond de Andrade

SU MÁRIO

1 – APRESENTAÇÃO	07
1.1 Visão Geral	08
1.2. Proponente	08
1.3. Públicos estratégicos	10
1.4. Parceiros e aliados	11
2 – ANÁLISE DE CONTEXTO E PROBLEMÁTICAS A SEREM ENFRENTADAS	13
2.1. Educação e cultura na agenda do desenvolvimento	14
2.2. Os jovens como sujeitos de direitos: educação, cultura e trabalho	23
2.3. Políticas públicas em disputa: as apostas da Ação Educativa	34
3 – INTERVENÇÃO	45
3.1 Objetivos	46
3.2. Estratégia geral de intervenção	46
3.3 Resultados esperados, indicadores e ações	47
4 – COMUNICAÇÃO, GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE	57
4.1. Comunicação e transparência	58
4.2 Gestão	59
4.3 Monitoramento e avaliação	60
4.4 Análise de riscos e sustentabilidade	61
5 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E DE FONTES DE RECURSOS	65



1 APRESENTAÇÃO

1.1 Visão Geral

Este documento apresenta o Plano Quadrienal da Ação Educativa, considerando o período 2016-2019. Os objetivos e ações propostas estão alinhadas com a missão institucional, que é promover direitos educacionais, culturais e da juventude, tendo em vista promoção da democracia, da justiça social e da sustentabilidade ambiental no Brasil.

O Plano abrange ações em âmbito local, nacional e internacional, integrando três campos de intervenção: educação, cultura e juventude. Estabelece também mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação, com base em resultados esperados quanto aos públicos atendidos e problemáticas sobre as quais se pretende incidir.

O documento foi elaborado ao longo de 2015 e finalizado em abril de 2016. É resultado de um processo participativo, que envolveu profissionais de diversas equipes e associados. Será submetido à Assembleia de Sócios em 4 de maio de 2016.

Para viabilizar a realização das atividades, a Ação Educativa espera poder mobilizar um montante de aproximadamente 10,6 milhões de reais ao ano, contando com o apoio financeiro de agências de cooperação internacionais, institutos empresariais e outras organizações da sociedade civil brasileira, além de parcerias com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, recursos próprios auferidos com a venda de produtos e serviços, contribuições associativas e de apoiadores individuais.

1.2. Proponente

A Ação Educativa é uma organização não governamental fundada em 1994, sob a forma de sociedade civil sem finalidade lucrativa. Para realizar sua missão, a Ação Educativa combina diferentes estratégias: ação local e experimentação pedagógica; formação e capacitação de jovens, educadores e outros agentes sociais; articulação e participação em redes e fóruns em âmbito local e nacional; promoção de campanhas de sensibilização e mobilização; pesquisa e difusão de informações e conhecimentos; promoção de debates e intercâmbio, produção de materiais educativos, assessoria a órgãos públicos,

O Plano abrange ações em âmbito local, nacional e internacional, integrando três campos de intervenção: educação, cultura e juventude.

advocacy junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário.

A opção por combinar essas diversas estratégias constitui a própria identidade da Ação Educativa. Trabalhando em praticamente toda a cadeia de soluções, ganha legitimidade junto a diferentes atores sociais e constrói canais entre eles. Reunir os diferentes, promover o diálogo e a colaboração é a principal marca da atuação da entidade. Em sua sede funciona um centro de eventos com auditório e salas para exposições, cursos e reuniões, local aonde se reúnem diversos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e coletivos juvenis.

Ao longo de 22 anos de atuação, a Ação Educativa construiu competências, acumulou aprendizagens, recursos e relações que são fundamentais para a realização dos objetivos previstos neste plano institucional. Dentre seus atributos, destacam-se:

- reconhecimento e capacidade de articulação de atores em nível nacional, local e internacional (participa da coordenação de várias redes e articulações);
- excelência técnico-pedagógica (produz materiais didáticos e guias metodológicos largamente utilizados, presta serviços de assessoria e formação para educadores/as e jovens em diversas regiões do país);
- excelência na pesquisa (realizou diversos projetos de pesquisas em parceria com universidades e apoio de órgãos nacionais de fomento, como CNPQ, Capes e Fapesp);
- meios de comunicação e informação (um website que registra uma média de 150 mil usuários por mês);
- representatividade no campo das ONGs no nível nacional e internacional (quatro mandatos na presidência da Abong, participação em diversas redes e articulações internacionais, representação da sociedade civil em iniciativas promovidas por organismos multilaterais).

Certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a Ação Educativa adota mecanismos rigorosos de transparência, prestando contas não só a financiadores e beneficiários diretos, mas também ao público em geral.

Ao longo de 22 anos de atuação, a Ação Educativa construiu competências, acumulou aprendizagens, recursos e relações que são fundamentais para a realização dos objetivos previstos.

1.3. Públicos estratégicos

Ao lutar pela consecução de direitos humanos, a Ação Educativa almeja mudanças que beneficiam a todos e todas, especialmente no Brasil. Tendo em vista a promoção da equidade, em seu trabalho direto privilegia grupos desfavorecidos, para quem os direitos educacionais e culturais, assim como outros direitos próprios da juventude, não tenham sido garantidos ou estejam ameaçados. Dentre eles, destacam-se os adolescentes e jovens pobres moradores de periferias urbanas desassistidas de serviços educacionais e culturais de qualidade; adolescentes, jovens e adultos privados de liberdade; jovens e adultos com baixa escolaridade participantes de programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As ações também pretendem envolver segmentos já mobilizados em alguma medida para promover justiça social e efetivação de direitos educacionais, culturais e da juventude. Entre eles: lideranças comunitárias, coletivos culturais, jovens ativistas, educadores e agentes culturais, gestores públicos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais que lutam por direitos e bens comuns.

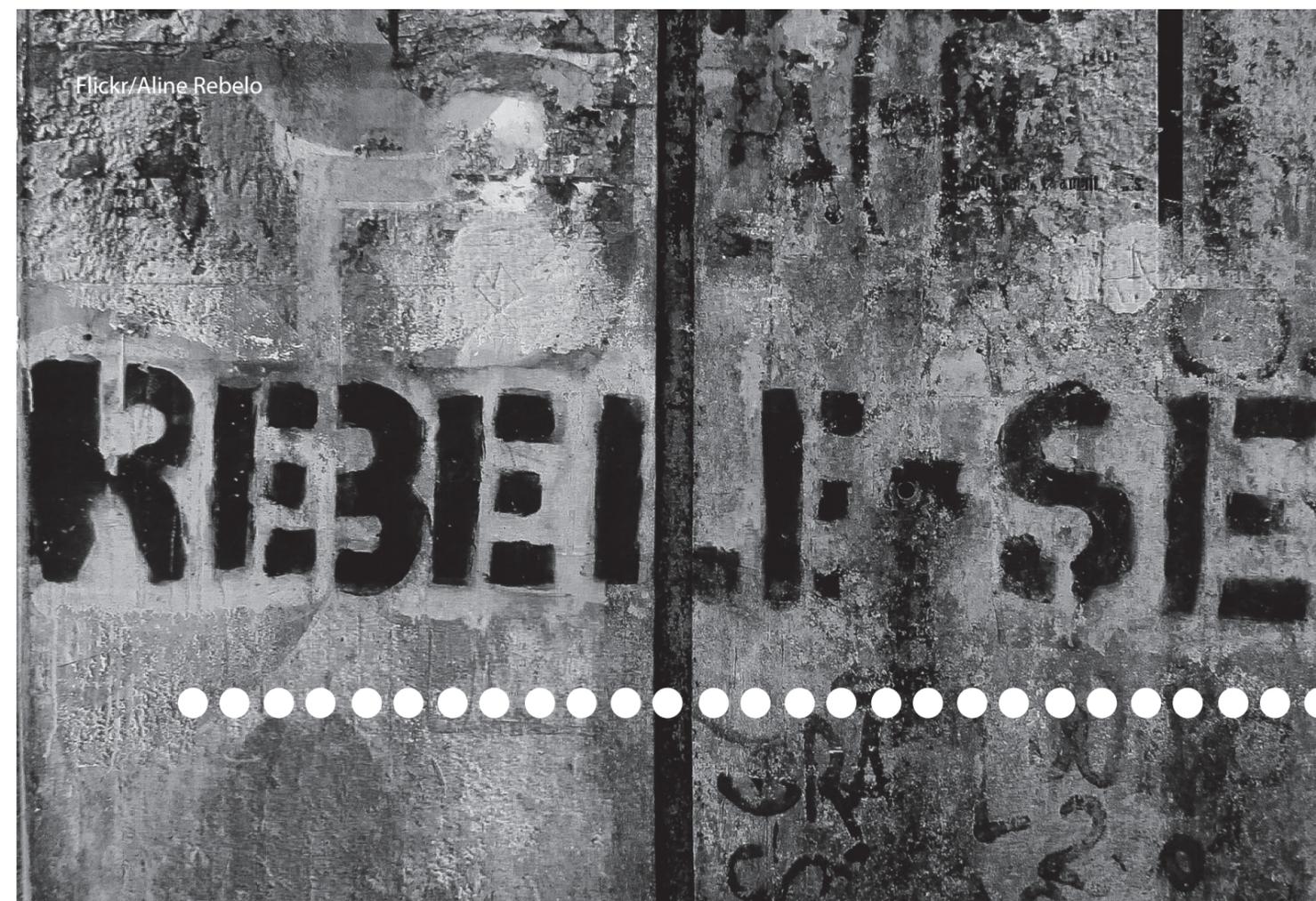
Em termos quantitativos, com as ações previstas neste plano, a expectativa é atender, ao longo do quadriênio 2016-2019:

- 8,5 mil adolescentes e jovens em programas de educação não formal executados pela Ação Educativa no município de São Paulo;
- 271 mil educadores formados pela Ação Educativa em serviço e/ou usuários de metodologias desenvolvidas pela Ação Educativa;
- 5,4 milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos atendidos por educadores formados pela Ação Educativa em serviço e/ou usuários de metodologias desenvolvidas pela Ação Educativa;
- 1 mil artistas ou grupos culturais da periferia em iniciativas de formação, apoio e divulgação.
- 134 mil educadores, agentes culturais e ativistas usuários de informação produzida pela Ação Educativa, participantes em processos de incidência política, elaboração e monitoramento de planos de educação, de juventude e de cultura.

A Ação Educativa aposta no trabalho em rede e na participação como métodos de intervenção imprescindíveis para alcançar as mudanças sociais e políticas que almeja.

1.4. Parceiros e aliados

A Ação Educativa aposta no trabalho em rede e na participação como métodos de intervenção imprescindíveis para alcançar as mudanças sociais e políticas que almeja. Reconhece, portanto, como parceiros e aliados estratégicos outras organizações da sociedade civil que perseguem objetivos similares, administrações públicas, legisladores, centros de pesquisa acadêmica e pesquisadores, sindicatos, educadores, artistas periféricos, profissionais de comunicação, coletivos e grupos de ativistas, grupos comunitários e os próprios públicos atendidos nos programas educativos e culturais.





2 ANÁLISE DE CONTEXTO E PROBLEMÁTICAS A SEREM ENFRENTADAS

2.1 Educação e cultura na agenda do desenvolvimento

O contexto nacional

Fazem 27 anos que foi promulgada a Constituição de 1988, que estabeleceu os marcos do processo de redemocratização no Brasil, depois da ditadura militar instaurada em 1964. Nesses 27 anos, o país avançou em termos econômicos, sociais e políticos, com um ponto de inflexão em 2003, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o governo federal. Persistem, porém, fortes desigualdades e setores da sociedade não têm seus direitos sociais básicos garantidos.

No âmbito econômico, a conquista mais proeminente foi a redução significativa da pobreza: segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), entre 2001 e 2012, o país reduziu em 75% o percentual de miseráveis e em 65% o percentual de pobres, sendo que 30 milhões de pessoas superaram essa última condição. Isso foi possível graças a políticas de pleno emprego, valorização do salário mínimo, acesso ao crédito e garantia de renda mínima para os segmentos mais pobres implementados pela gestão petista. Apesar desses bons resultados, favorecidos por um cenário de crescimento econômico, o índice de desigualdade de renda do país, um dos maiores do mundo, caiu muito lentamente no período e, a partir de 2013, começou a subir outra vez, ao mesmo tempo que estancou a redução da pobreza.

Fatores estruturais geradores das desigualdades, como a má distribuição da terra e um sistema tributário regressivo, não foram alterados no período. Além disso, a melhoria das condições de vida dos mais pobres se deu principalmente na forma de maior acesso ao consumo. Não houve mudança significativa em áreas cruciais como saúde e educação, setores que exigiram investimentos públicos mais vultosos.

No contexto de crise, evidenciam-se ainda mais os limites do modelo de desenvolvimento adotado, em que se procurou atender aos segmentos desfavorecidos da população sem realizar reformas estruturais, que conduzissem à superação das enormes desigualdades que vêm marcando a história brasileira no plano econômico, territorial, racial e de gênero.

A capacidade de investimento público nessas e outras áreas de interesse social continuou fortemente comprometida pelo pagamento de juros da dívida pública, que consome 43% do orçamento federal. Em 2015, a desaceleração da economia e a necessidade de gerar superávit leva o governo a adotar política de ajuste fiscal que provoca recessão econômica e mais cortes de gastos públicos. No contexto de crise, evidenciam-se ainda mais os limites do modelo de desenvolvimento adotado, em que se procurou atender aos segmentos desfavorecidos da população sem realizar reformas estruturais, que conduzissem à superação das enormes desigualdades que vem marcando a história brasileira no plano econômico, territorial, racial e de gênero.

No âmbito político, se implantaram pelo país mecanismos inovadores de participação social que resultaram em alguns avanços em termos de transparência e políticas públicas redistributivas. No período, entrou em vigor a Lei de Acesso à Informação, foram realizadas centenas de conferências nacionais e diversos conselhos participativos foram instalados no nível federal e nos mais de 5 mil municípios do país. Essa intensificação de processos participativos mostrou-se importante para garantir a emergência e a defesa de pautas prioritárias da sociedade brasileira, sobretudo aquelas suprimidas em outros espaços tais como laicidade, gênero, raça e direitos humanos. Contudo, a limitada capacidade de tais espaços em influenciar efetivamente as políticas públicas resultaram em questionamentos sobre sua efetividade como estratégia política de movimentos sociais e organizações da sociedade civil que lutam por direitos.

Em que pesem as reais limitações das experiências participativas, entretanto, as maiores barreiras à soberania popular residem nas distorções do nosso sistema político, dominado por interesses de grupos econômicos privados, principais financiadores das campanhas eleitorais. Sucessivos escândalos de corrupção, envolvendo esquemas de financiamento de campanhas, somados a alianças partidárias sem bases programáticas claras, têm limitado os avanços das políticas sociais e, mais recentemente, ameaçado direitos conquistados com o avanço de grupos fundamentalistas e reacionários.

Em que pesem as reais limitações das experiências participativas, as maiores barreiras à soberania popular residem nas distorções do nosso sistema político, dominado por interesses de grupos econômicos privados, principais financiadores das campanhas eleitorais.

Outro aspecto crítico do modelo adotado para gerar crescimento econômico no Brasil é o da sustentabilidade ambiental. É fato que foram implementadas políticas de incentivos à produção agrícola familiar e agroecológica e à economia solidária. Porém, o grosso dos subsídios foram dirigidos para o agronegócio exportador, baseado em latifúndios e na monocultura, ao lado de grandes obras de infraestrutura, mineração, usinas hidroelétricas e exploração de petróleo, todas atividades com enormes impactos ambientais. Como resultado, os riscos ambientais ampliam-se: o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, aumenta a cada dia o número de automóveis nas ruas tornando as cidades intransitáveis e a falta de água assombra grandes centros urbanos.

A pirâmide etária no Brasil está em processo de inversão, com maior concentração populacional justamente na faixa etária jovem entre 14 e 29 anos. Essa é uma janela de oportunidade, considerando que a população economicamente ativa tende a se ampliar. Numa perspectiva de mais longo prazo, porém, ganham relevo questões colocadas pelo crescimento da população adulta e idosa, outro fator a ser considerado na construção de um paradigma de desenvolvimento centrado na educação e na cultura.

Temos, portanto, um contexto desafiador para o país, em especial para a população jovem, vivendo a difícil transição da escolarização para o mundo do trabalho. Uma geração marcada pelas graves insuficiências do sistema de educação pública, que inicia a vida produtiva num cenário de insegurança econômica e forte apelo ao consumo. Uma geração que vivencia a cidadania com expectativas de transformação, mas com sérias desconfiças em relação aos canais institucionais de exercício da política.

O contexto internacional

A presença do Brasil no cenário internacional cresceu nos primeiros anos deste século, à medida que o país se projetou entre os BRICS – ao lado de Rússia, Índia, China e África do

Depois de ampliar seu espaço nos ciclos de conferências da ONU, realizando conquistas na perspectiva dos direitos humanos e sustentabilidade ambiental, as organizações da sociedade civil veem, cada vez mais, os setores privados ganharem terreno preconizando mecanismos de mercado para promover desenvolvimento e enfrentar os problemas sociais.

Sul. Em especial no governo Lula, houve uma ação intencional de fortalecimento das alianças Sul-Sul, visando fazer frente à hegemonia dos países do Norte, rumo a um maior equilíbrio no jogo diplomático global. No entanto, essa postura mais proativa do Brasil em prol das alianças Sul-Sul não chegou a se consolidar como política externa e nos últimos anos dá claros sinais de recuo. Durante o período Lula, o Brasil abriu 16 embaixadas na África, agora várias delas estão em dificuldades, sem recursos para encaminhar projetos e mesmo para se manter. No mesmo período, além do fortalecimento do Mercosul, assistiu-se à criação de outras articulações regionais como o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, (IBAS, em 2003), a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA, em 2005), a União das Nações Sul-Americanas (Unasul, de 2010) e o Banco de Desenvolvimento dos BRICS, em 2014. A real efetividade dessas articulações regionais para influenciar o cenário econômico e político global ainda é incerta. Internamente, há pressões para que o Brasil abandone o foco nesses espaços em prol de acordos bilaterais, abrindo espaço para o retorno da relação subordinada com as potências econômicas da Europa e América do Norte.

Em relação aos Organismos Multilaterais, este início de século foi também de reequilíbrio de forças. O Brasil passou de devedor a credor, com grandes reservas internacionais, diminuindo a dependência do receituário neoliberal protagonizado pelo FMI e o Banco Mundial. O Brasil atuou para manter seus quadros diplomáticos nestas agências e nas agências das Nações Unidas. Através da articulação com países do Sul global, principalmente do continente africano, o Brasil conseguiu assegurar aos seus diplomatas postos de grande importância para as relações internacionais, como Roberto Azevedo na direção geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de José Graziano da Silva na direção-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

No entanto, a crise econômica global iniciada em 2008, os constantes conflitos no Oriente Médio, as ameaças do fundamentalismo religioso, a xenofobia recrudescida por medidas antiterrorismo, tudo isso somado às dificuldades de se avançar significativamente no enfrentamento das mudanças climáticas, revela um planeta que se afunda em múltiplas crises, de difícil gestão multilateral, com enfraquecimento das Nações Unidas e de entidades reguladoras. Também diminui, na mesma medida, a capacidade de influência das organizações da sociedade civil no plano internacional. Depois de ampliar seu espaço nos ciclos de conferências da ONU, realizando conquistas na perspectiva dos direitos humanos e sustentabilidade ambiental, as organizações da sociedade civil veem, cada vez mais, os setores privados ganharem terreno preconizando mecanismos de mercado para promover desenvolvimento e enfrentar os problemas sociais.

A construção do multilateralismo em um mundo globalizado, onde as soluções para as crises não dependem de um ou outro governo, mas sim de posturas coletivas que considerem a diversidade dos países é o grande desafio da humanidade nesse século. O governo brasileiro, que vinha operando nesse sentido até 2010, precisa retomar o rumo. Além disso, a sociedade civil brasileira precisa continuar presente na construção de movimentos de cidadania global, ocupando também espaços de incidência nas instâncias de negociação intergovernamentais, fazendo avançar a perspectiva dos direitos humanos, da justiça social e da sustentabilidade ambiental.

Educação e Cultura como vetores de transformação

A priorização da educação é hoje uma bandeira defendida por diversos setores sociais no Brasil, ainda que com diferentes orientações. Não é à toa que a Presidente Dilma Rousseff escolheu o lema “Pátria Educadora” como marca de seu segundo mandato. Por traz do aparente consenso, entretanto, há uma disputa já sendo travada no Brasil e também em nível global. De um lado, há os que defendem uma focalização tecnocrática e, em muitos aspectos, mercadológica da educação formal, priorizando a aquisição de habilidades básicas. Nessa perspectiva, a educação é vista como condição para o desenvolvimento econômico e oportunidade para o mercado. Do outro lado, há os que defendem a afirmação da educação como direito, contrapondo-se à sua mercantilização. Desse lado, estão os que apostam na educação escolar como esforço organizado de democratizar o acesso ao conhecimento para empoderamento político de toda a população, promover equidade, o respeito aos direitos humanos e uma nova consciência frente às ameaças ambientais. Também desse lado estão os que acreditam que a escolarização é fundamental, mas não suficiente, que a educação para um novo paradigma de desenvolvimento requer também práticas políticas e culturais que extrapolam os muros da escola.

A Ação Educativa aposta no fortalecimento de sistemas de ensino público laico e de qualidade, com gestão democrática e ampla participação social.

Alinhada na segunda perspectiva, a Ação Educativa aposta no fortalecimento de sistemas de ensino público laico e de qualidade, com gestão democrática e ampla participação social. Por isso, a Ação Educativa valoriza escolas capazes de dialogar com as demandas de seus territórios, das crianças, dos jovens e dos educadores, uma escola que dialogue também com o mundo do trabalho e com a cultura nas suas dimensões mais dinâmicas e criativas. Por isso, a Ação Educativa valoriza uma escola que, além de disseminar conhecimentos e habilidades, assume a responsabilidade de educar para uma nova ética, uma ética que não admita as desigualdades como naturais, que se indigne diante dos efeitos deletérios do racismo, do machismo e da lesbotransfobia, que promova a equidade e valorize a vida. Por isso, também, a Ação Educativa valoriza a educação política que se dá em espaços não formais e principalmente nos movimentos sociais. Consequentemente, a Ação Educativa aposta na integração da educação com a cultura como princípio orientador de sua abordagem educacional. Por um lado, reconhece as manifestações culturais como ambiente de aprendizagem e, por outro lado, entende que a educação formal deva abrir seus poros para a potência criativa das artes e da cultura. Dessa forma, acreditamos, tem-se uma escola mais contextualizada à realidade que a cerca e em sintonia

com os desafios do mundo contemporâneo. Uma escola com maior capacidade de formar indivíduos e fomentar coletividades dentro de uma pedagogia integral, plural, humanista e cidadã.

A Cultura, por sua vez, é abordada pela Ação Educativa de um modo peculiar, moldado a partir de ações desenvolvidas junto a movimentos culturais das periferias de São Paulo. Com base nessa experiência, a Ação Educativa captou o papel central da cultura na dinâmica social, especialmente em contextos de pobreza urbana e junto a segmentos juvenis. A instituição entende que há uma cultura e estéticas próprias da periferia, uma cultura periférica que se produz por dentro das relações e, nessa dinâmica, absorve e emite os sinais dos conflitos existentes na sociedade. A cultura é entendida, portanto, como espaço de disputa, na qual a cultura da periferia se coloca numa posição de contra hegemonia. Tal condição, porém, não lhe tira as possibilidades de fluxo na relação com a cultura hegemônica. Ao contrário, ao transitar entre fronteiras socioculturais, a cultura de periferia se afirma, ampliando o espectro de diversidade e incorporando-se ao patrimônio cultural comum da sociedade.

Numa sociedade marcada por tantas desigualdades e conflitos, a cultura tem se constituído em espaço diverso de produção de sujeitos políticos. A tomada de consciência de coletivos de periferia como produtores de cultura fez surgir um movimento cultural nas periferias de São Paulo, assim como em outras metrópoles, protagonizado por seus moradores. Ativistas tomaram para si a tarefa de construir espaços de produção e fruição cultural em localidades onde, apesar da concentração populacional, não existia um equipamento cultural sequer: cinema, biblioteca, sala de espetáculo, entre outros. Esses ativistas tornaram-se poetas, escritores, artistas plásticos, cineastas e músicos. No caso de São Paulo, mas também de outras metrópoles, essa movimentação cultural periférica conseguiu atrair a atenção das políticas públicas tanto de fomento à produção artística como de ampliação do acesso à cultura; também atraiu, em muitos casos, o interesse da indústria cultural e a mídia, processos que também alimentaram movimentos culturais de periferia que vêm ganhando envergadura.

Cultura periférica, porém, é um conceito que não se pode tomar como absoluto. É uma ideia que existe num plano material específico, num dado contexto social e não uma abstração genérica. É uma prática por meio da qual um grupo social se identifica e por meio da qual se constrói saídas para uma situação de subordinação ou opressão. É a luz desse entendimento que utilizamos o termo Cultura de Periferia,

A movimentação cultural periférica conseguiu atrair a atenção das políticas públicas de fomento à produção artística e ampliação do acesso à cultura; também atraiu o interesse da indústria cultural e da mídia.

uma visão materialista que coloca a cultura como uma frente relevante de luta pelos direitos humanos, por uma vida melhor e mais digna para todos e todas.

Abordar a educação e a cultura de forma integrada, tal como advoga a Ação Educativa, implica transformações sociais, econômicas e políticas. Evidentemente, a integração da educação e da cultura não resultaria apenas de governos que criem políticas e órgãos de gestão compartilhada na busca de uma pretensa fusão regida por decretos. Há que se colocar a educação e a cultura no centro da dinâmica social formando a base de um novo modelo de desenvolvimento, cuja visão esteja baseada na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento integral do ser humano. Ou seja, é preciso reinventar a própria ideia de desenvolvimento marcadamente economicista e criar um paradigma de desenvolvimento que seja mais educativo e cultural. Para isso, é necessário fortalecer as concepções que defendem um desenvolvimento que, além de ambientalmente sustentável, socialmente justo e radicalmente democrático deve ser também, e acima de tudo, culturalmente dinâmico, diverso e plural.

A potência dos territórios

Tanto no campo da educação quanto no da cultura, a Ação Educativa valoriza a ação local como elemento essencial de sua estratégia de atuação. Por esse motivo, o conceito de território é relevante no desenho de nossas estratégias institucionais. Entendemos o território como espaço geográfico delimitado não pela lógica administrativa, mas por redes de sociabilidade, flexíveis e porosas; sua delimitação leva em conta fatores como identidades coletivas estabelecidas por laços de pertencimento, circuitos e trajetos de pessoas. A cartografia do território é assim uma construção de grande apelo simbólico e a cultura é a narrativa que trama o tecido social daquele espaço.

Colocar em perspectiva o território é, necessariamente, fazer uma opção pelo local, seja qual for sua dimensão: uma cidade, toda a periferia de uma cidade, uma determinada fração da zona periférica, um reduto periférico encravado numa zona central. Fazer esse recorte de base territorial nos coloca em contato com as demandas mais imediatas da população e também com as

Atuar no nível local nos dá a oportunidade de criar soluções para problemas globais. Desenvolver as potencialidades dos territórios é estratégia de promoção de direitos, tendo a qualidade de vida como centro articulador das experiências na busca do “bem viver” e do “bem comum”.

potencialidades que emergem das comunidades mesmo em contexto de pobreza. Atuar no nível local nos dá a oportunidade de criar soluções para problemas globais; desenvolver as potencialidades dos territórios é estratégia de promoção de direitos, tendo a qualidade de vida como centro articulador das experiências na busca do “bem viver” e do “bem comum”.

As questões urbanas são historicamente estopins de grandes mobilizações sociais. O espaço urbano é latejante e, numa cidade como São Paulo, onde o desenvolvimento produz uma periferia segregada, com escassez de moradia e de serviços públicos com qualidade aceitável, a tensão é permanente e a mobilização constante, ainda que dispersa. Com efeito, as manifestações de junho de 2013 no Brasil tiveram como impulso demandas de mobilidade urbana com ênfase na tarifa do transporte público, depois ampliada para uma reivindicação de melhorias nos serviços públicos em geral. Por esse motivo, alguns movimentos sociais têm buscado na agenda do Direito à Cidade uma agenda articuladora das lutas com bases territoriais. Sendo o Direito à Cidade um direito mais coletivo do que individual, depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A cultura e as artes têm um papel importante na mobilização social, reforçando identidades coletivas e sua capacidade de comunicar e inspirar outros segmentos sociais, outros territórios conectados em escala mundial, que por contágio vão provocando outras lutas por justiça e direitos. Assim se conectam os imaginários da primavera árabe, dos indignados espanhóis, dos movimentos Occupy e Ocupe, de Wall Street a Estelita, no Recife, passando pelos grafites que tomam os muros das cidades, os grupos de skate ou as diversas tribos de jovens que povoam os territórios urbanos construindo identidades e canais de interação.

Territórios culturais

Os movimentos culturais (incluindo aqui os ciclistas) estão na vanguarda do debate sobre o direito à cidade e o fazem por meio da ocupação dos espaços públicos. A forte presença de grupos oriundos de bairros periféricos na III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo, em 2013, acelerou o processo de territorialização das políticas culturais do município, aumentando ainda mais a participação das periferias. Entre outras medidas, foram destinados mais de 90% dos Pontos de Cultura para a periferia, numa tentativa de equalizar a falta de equipamentos públicos (60,

Territórios Criativos são bairros, cidades ou regiões que apresentam potenciais culturais criativos capazes de promover o desenvolvimento integral e sustentável, ou seja, localidades que articulam a cadeia produtiva da cultura em arranjos econômicos de circuito curto.

dos 96 distritos da capital paulista, não têm equipamentos públicos de cultura) com apoio de grupos locais.

Por outro lado, o Plano Nacional de Cultura, aprovado em 2010, criou o conceito de “Territórios Criativos” que são “bairros, cidades ou regiões que apresentam potenciais culturais criativos capazes de promover o desenvolvimento integral e sustentável, aliando preservação e promoção de seus valores culturais e ambientais”, ou seja, localidades que articulam a cadeia produtiva da cultura em arranjos econômicos de circuito curto.

Ainda na cidade de São Paulo, o Plano Diretor recentemente aprovado criou os TICP – Território de Interesse da Cultura e da Paisagem e o PEC – Polo de Economia Criativa. O TICP estimula iniciativas locais na cultura, educação e meio ambiente, incentivando espaços e atividades de economia criativa, apoia grupos culturais independentes, coletivos, cooperativas e pequenos produtores culturais. Já o PEC estimula atividades ligadas ao patrimônio cultural, artes, mídia, concedendo benefícios fiscais, entre outros. A Vila Buarque, onde está a sede da Ação Educativa, está no território do PEC Central.

Vivemos, portanto, um contexto que corrobora nossa busca por uma atuação territorializada na perspectiva do direito à cidade, tendo a cultura como centro articulador dessa incidência.

Territórios educativos

No final de 2015, a mobilização dos estudantes paulistas em reação à proposta do governo do estado de São Paulo de reorganização de sua rede de escolas evidenciou a relevância na noção de território também no âmbito da educação e das políticas educacionais. Os alunos ocuparam escolas que seriam fechadas com base em critérios político-administrativos, sem consulta prévia às comunidades escolares. Com esse ato, que rapidamente se espalhou pelas quase 200 escolas afetadas pela pretendida reorganização, os jovens expressaram seu apego aos locais onde vivem seus cotidianos, onde constroem laços afetivos, onde investem em seu próprio desenvolvimento e em seus projetos de futuro. Articulando ações locais que se multiplicaram, questionaram a lógica tecnocrática que tantas vezes comanda a política pública, despertando na comunidade do entorno e na

Os estudantes secundaristas que ocuparam as escolas da rede estadual paulista questionaram a lógica tecnocrática que tantas vezes comanda a política pública, despertando na comunidade do entorno e na população em geral a consciência, talvez inédita, de que a escola pública é a nossa escola e não a escola de ninguém.

população em geral a consciência, talvez inédita, de que a escola pública é a nossa escola e não a escola de ninguém. Com sua ação, que teve amplo apoio da opinião pública, os estudantes conseguiram a suspensão da medida oficial e deixaram abertas as portas para uma maior interação das escolas com o próprio entorno, com grupos culturais, artistas, ativistas e gestores públicos locais.

A Ação Educativa apoiou a mobilização dos estudantes, pois, promover a aderência das escolas a seus territórios é um princípio que norteia suas propostas de intervenção pedagógica e de incidência política. Para isso, construímos metodologias participativas tanto para promover aprendizagens significativas dos saberes escolares quanto para realizar a gestão democrática da educação pública. Isso não significa menosprezo à política, à organização sistêmica do ensino ou às propostas curriculares. Revela, mais propriamente, a convicção de que a participação é fator de qualificação das políticas públicas e que, portanto, essas devem ser formuladas com ampla participação social, em especial de educadores e de estudantes, além de outros sujeitos que, nos territórios, a partir de suas histórias, condições e motivações concretas, colocam em prática as propostas pedagógicas e as políticas públicas.

A noção de território já vem sendo afirmada e disputada desde 2014 no processo de construção dos Planos de Educação dos municípios e estados, previstos em lei como Políticas de Estado para territórios e não para redes de ensino. Nessa perspectiva, incluem-se também as diversas ações destinadas a fortalecer a relação das escolas com as comunidades do entorno e a promover o lugar das instituições educativas na construção de redes de proteção de direitos de crianças, adolescentes e jovens, articulações intersetoriais previstas no Estatuto da Criança e Adolescente (1990) e no Estatuto da Juventude (2013) e que têm o território como referência.

2.2. Os jovens como sujeitos de direitos: educação, cultura e trabalho

A Ação Educativa elege os jovens como público prioritário de suas ações em prol dos direitos educativos e culturais e, graças à escuta dos próprios jovens, reconhece que o acesso ao trabalho é uma pauta prioritária, articulada às demandas educacionais e culturais de jovens de famílias de baixa renda que vivem nas periferias urbanas e no campo. É esse segmento da juventude que a Ação Educativa prioriza, considerando toda a sua diversidade: garotas e rapazes que estudam em escolas públicas, no ensino médio ou na Educação de Jovens e Adultos (EJA), adolescentes e jovens privados/as de liberdade, negros/as, brancos/as, com diferentes projetos de futuro e expectativas no que se refere à educação, à cultura e ao trabalho.

Oportunidades e expectativas educacionais

A atual geração jovem é a mais escolarizada da história do país, ainda que o acesso à escolaridade média obrigatória ainda seja restrito. Num período de 10 anos, entre 2003 e 2013, a taxa de jovens com 19 anos de idade que completaram o ensino médio passou de 38% para 53% conforme a PNAD. Além disso, programas de bolsas ou de crédito estudantil para alunos de baixa renda cursarem faculdades privadas e as políticas de cotas nas universidades públicas tornaram possível que um número significativo de jovens antes excluídos chegassem ao ensino superior. O ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio e o SISU – sistema nacional de admissão em universidades públicas – se impõem como referências para os estudantes de escolas públicas, que começam a ver com cada vez mais concretude a possibilidade de acessar o ensino superior. Isso aquece o debate sobre a criação de uma base curricular nacional comum e redimensiona o papel do próprio ENEM como instrumento de avaliação. Entretanto, não se pode perder de vista que quase a metade dos jovens brasileiros ainda não conclui o ensino médio na idade adequada e provavelmente não chegará à universidade. Conforme a PNAD, em 2012, 31,4% dos jovens de 15 a 17 anos não tinham completado o ensino fundamental; 43,3% dos jovens entre 18 e 24 anos não tinham completado o ensino médio e apenas 14% dos jovens entre 25 e 29 anos tinham completado o ensino superior.

O ensino médio, que deveria atender a um grande contingente de jovens, padece de uma série de limitações: infraestrutura inadequada, insuficiência de docentes e metodologias pouco atrativas. Os jovens dos setores populares que chegam a esse nível de ensino, muitas vezes nele não encontram sentido no que aprendem nem apoio para a construção de projetos profissionais ou de continuidade de estudos. Os experimentos de políticas públicas voltadas à melhoria desse nível de ensino têm priorizado à adoção de escola integral de dois períodos, o que acaba por afastar os jovens que já trabalham, maioria absoluta a partir dos 18 anos, a permanecer na escola. Os cursos noturnos, que atendem os jovens trabalhadores, têm permanecido no abandono. O país não tem ainda políticas consistentes para garantir a permanência dos jovens dos setores populares no ensino médio, adequando o currículo às suas condições de aluno trabalhador.

Para esse segmento em especial, a formação técnica profissional é considerada uma alternativa almejada. Dados da pesquisa Agenda Juventude Brasil indicam que, em 2013, 15% dos jovens estavam cursando ou já haviam feito algum curso técnico ou profissionalizante e 38% dos que nunca

O país não tem ainda políticas consistentes para garantir a permanência dos jovens dos setores populares no ensino médio, adequando o currículo às suas condições de aluno trabalhador.

o fizeram gostariam de fazê-lo; especialmente nas regiões Norte/Centro-Oeste, onde 49% e 46%, respectivamente, manifestaram tal interesse. Tal demanda, no entanto, não significa desinteresse pelo ensino superior, antes pelo contrário: se pudessem escolher livremente, dois em cada três jovens (66%) estudariam até o ensino superior, enquanto apenas 5% declaram o ensino técnico como etapa final dos estudos. Assim, é possível que o ensino técnico apareça para boa parcela dos jovens como uma possibilidade mais rápida de acesso a um trabalho mais qualificado/melhor remunerado, mas, no longo prazo, com os olhos voltados para o acesso ao ensino superior. O governo federal vem dando prioridade ao ensino profissional, articulando iniciativas por meio do programa Pronatec. A maioria dos cursos oferecidos, entretanto, são de curta duração e não suficientes para o impacto esperado no que se refere a uma melhor inserção no mercado de trabalho ou domínio de habilidades que favoreçam a continuidade dos estudos.

Desigualdades

As desigualdades também continuam presentes no processo de escolarização e se relacionam com as desigualdades de renda, raça, gênero e território. Os dados da pesquisa Agenda Juventude Brasil 2013 mostram que os jovens dos estratos baixos de renda (renda domiciliar per capita de até R\$ 291,00) apresentam maior defasagem na relação escolaridade x idade e pouquíssimos chegam ao Ensino Superior (apenas 4%, contra 37% nos estratos mais altos). Embora sejam os que mais demonstram interesse em cursos técnicos ou profissionalizantes (60%, contra 45% dos estratos altos), são os que menos têm acesso a eles: apenas 10% já fizeram ou estão fazendo, contra 15% nos estratos médios (renda domiciliar per capita de R\$ 292,00 a R\$ 1019,00) e 24% nos estratos altos (renda domiciliar per capita de mais de R\$ 1.019,00).

A escolaridade dos jovens das zonas rurais apresenta um percurso ainda mais irregular que a dos jovens das áreas urbanas. No campo, as parcelas de jovens com escolaridade de nível fundamental completo ou incompleto (42%) e de jovens que interromperam seus estudos (45%) são maiores que nas áreas urbanas (25% e 31%, respectivamente); e são menores as parcelas dos que estão estudando (34%, contra 38%), dos que consideram haver terminado os estudos (21%, contra 31% nas áreas urbanas), dos que fazem ou fizeram algum curso técnico (7%, contra 16%) e dos que frequentam ou já frequentaram cursos extraescolares como, por exemplo, de informática (37%, contra 64% na área urbana) e de língua estrangeira (10%, contra 29%). Entre eles, é menor o grau de conhecimento

Embora sejam os que mais demonstram interesse em cursos técnicos ou profissionalizantes, os jovens de renda mais baixa são os que menos têm acesso a eles.

acerca de iniciativas que têm sido, em grande parte, responsáveis pela ampliação da escolaridade da população jovem, especialmente pela ampliação do acesso ao ensino superior, tais como ENEM, ProUni, cursinhos populares, FIES, programas de cotas nas universidades públicas, SISU, entre outras. A única exceção é o Projovem, programa voltado a jovens que não completaram o ensino fundamental.

No Brasil, as mulheres têm manifestado maior adesão à educação escolar e apresentam escolaridade mais elevada que a dos homens. A taxa de mulheres que concluíram o ensino médio é maior que a dos homens (53%, contra 47%); já a taxa de pessoas com ensino fundamental incompleto é 16 pontos percentuais mais alta entre os homens (58%, contra 42%).

Ainda que não haja diferenças significativas entre as parcelas de homens e de mulheres que cursam ou cursaram o Ensino Superior, sua participação difere bastante com relação às áreas cursadas. É maior a concentração de jovens mulheres nas áreas de ciências biológicas (24%, contra 15% dos rapazes) e de humanas (57%, contra 48% dos rapazes). O curso de Pedagogia, por exemplo, reúne 10% das mulheres, e apenas 2% dos homens. Por outro lado, apenas 11% delas cursam ou cursaram a área de ciências exatas, parcela bastante inferior à dos rapazes (29%).

Os jovens pretos e pardos apresentam escolaridade mais baixa que a dos jovens brancos. Entre eles, 30% têm escolaridade de nível fundamental (completo ou incompleto) e apenas 11% atingiram o ensino superior, enquanto entre os brancos essas taxas são de 23% e 18% respectivamente. Eles contam com a menor parcela de jovens que cursam ou cursaram ensino técnico (18%, contra 27% dos brancos), mas apresentam maior demanda por esse tipo de curso: dos que nunca o fizeram, 42% gostariam de cursar, contra 29% dos brancos. É bem menor a parcela dos que frequentam ou frequentaram cursos de língua estrangeira: apenas 21%, contra 35% dos brancos.

O fardo da raiz escravocrata e patriarcal na formação da sociedade brasileira ainda pesa e retarda a realização de uma cidadania plena pautada na universalidade dos direitos. A violência continua sendo uma realidade na vida de homens e mulheres, sendo a população jovem negra sua principal vítima. Em 2012, dos 56,3 mil mortos por homicídios no Brasil, 52,6% eram jovens, dos quais 77% negros e 93% do sexo masculino. Entre 2002 e 2012,

A violência continua sendo uma realidade na vida de homens e mulheres, sendo a população jovem negra sua principal vítima. Em 2012, dos 56,3 mil mortos por homicídios no Brasil, 52,6% eram jovens, dos quais 77% negros e 93% do sexo masculino.

aumentou o número de assassinatos de negros, enquanto o de brancos diminuiu. A falta de segurança pública e de outras políticas garantidoras de direitos básicos faz com que os índices de violência sejam maiores nas periferias urbanas. Além disso, diversos estudos apontam que as ações da polícia e do sistema de justiça na repressão ao crime e na atribuição de penas de privação de liberdade são muito mais rigorosas com a população jovem negra e pobre.

Adolescentes e jovens em privação de liberdade

A população carcerária do Brasil está entre as maiores do mundo: 607,7 mil pessoas em 2014. Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), do Ministério da Justiça, a grande maioria dessa população é do sexo masculino, mas o encarceramento feminino vem crescendo proporcionalmente: entre 2005 e 2012, cresceu 146%, contra 74% de crescimento da população encarcerada total. Mais da metade desse contingente têm entre 18 e 24 anos (31%) ou 25 e 29 anos (25%). Enquanto pessoas negras representam 51% da população brasileira, são 67% da população encarcerada.

Mesmo havendo grande contingente de presos com baixa escolaridade nas penitenciárias brasileiras, apenas 10,7% participavam de alguma atividade educacional em 2014. Conforme o Ministério da Justiça, 6% dos presos eram analfabetos e 62% não tinham o ensino fundamental completo em 2014. Em alguns estados, o serviço educacional é escasso. No Rio de Janeiro, por exemplo, apenas 0,5% dos presos estão realizando alguma atividade educacional. Quase a metade dos presídios brasileiros (48%) não possui uma sala de aula.

Soma-se ao problema dos jovens encarcerados o também importante número de adolescentes na faixa de 14 a 18 anos que cumprem medidas socioeducativas em regime de privação de liberdade no país: 20,5 mil em 2012, segundo levantamento realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei). Isso significa um aumento de quase 50% em relação a 2008, quando o número correspondia a 13.674. Quase a metade deles se concentrava no estado de São Paulo, onde aumentou em 67,8% o número de adolescentes nessa condição entre 2008 e 2012. Na região Sul, ao contrário, em todos os estados houve diminuição no número de jovens cumprindo medida socioeducativa. No mesmo ano, havia ainda no país 89.718 jovens cumprindo medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) ou Prestação de Serviços Comunitários

Mesmo havendo grande contingente de presos com baixa escolaridade nas penitenciárias brasileiras, apenas 10,7% participavam de alguma atividade educacional em 2014.

(PSC). Deles, 75,1% são do sexo masculino. Como no sistema prisional, destaca-se a forte seletividade racial, sendo negros mais de 60% dos adolescentes atendidos em medidas socioeducativas.

Vale mencionar que em 10 estados brasileiros não foi formulado um Plano de Atendimento Socioeducativo para os adolescentes internados, indicando a fragilidade do trabalho realizado nesses estados. Do total de internados em 2012, 73,6% estavam matriculados em atividade escolar da educação básica.

Na última década, como fruto da luta da sociedade civil pelo direito das pessoas privadas de liberdade, foi conquistada a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que tem por objetivo articular os sistemas de ensino, de justiça, de segurança pública, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), além das políticas de cultura, esporte e trabalho, visando o atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Por parte da educação, em resposta a pressões sociais exercidas por entidades de educação e de direitos humanos, o Conselho Nacional de Educação aprovou em 2010 as Diretrizes Nacionais de Educação em Estabelecimentos Prisionais. Em 2012, o Conselho Nacional de Educação deu início à construção das Diretrizes Nacionais para a educação escolar dos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo. Ainda não homologadas pelo Ministério da Educação, as diretrizes precisam as condições do atendimento educacional destinadas a garantir a esses adolescentes o direito ao acesso escolar qualificado, à permanência, ao acompanhamento e à progressão, ao atendimento socioeducativo e à ação pedagógica curricular adequada à medida socioeducativa.

Apesar desses avanços normativos e no campo das políticas públicas, a concretização dessas conquistas enfrenta diversos desafios em um contexto adverso, dos quais se destaca a atuação de grupos políticos contrários às agendas de direitos humanos e que advogam a favor do maior recrudescimento das políticas de segurança pública, ampliação do encarceramento e diminuição da maioria penal. Grupos muitas vezes coniventes com a violência policial cometida, sobretudo, contra a juventude negra.

A violência continua sendo uma realidade na vida de homens e mulheres, sendo a população jovem negra sua principal vítima. Em 2012, dos 56,3 mil mortos por homicídios no Brasil, 52,6% eram jovens, dos quais 77% negros e 93% do sexo masculino.

Jovens na EJA

A EJA se caracteriza como modalidade educativa de encontro de todos os sujeitos excluídos recorrentemente da escolarização formal: pessoas com deficiências, travestis e transgêneros, trabalhadoras e trabalhadores do campo, pessoas privadas de liberdade, empregadas domésticas, entre outras. Destaca-se também aqui a forte seletividade racial, mais de 70% da EJA é constituída por jovens e adultos negros. Muitos adolescentes e jovens excluídos do sistema de ensino regular têm se refugiado em programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) – seja em função das dificuldades em conciliar educação e trabalho, seja em função das políticas de correção de fluxo no ensino fundamental, que terminam por “empurrá-los” para essa modalidade precocemente.

As matrículas nessa modalidade de ensino, entretanto, vêm caindo na última década: de 4,9 milhões em 2007 para 3,9 milhões em 2012. Nessa modalidade de ensino, as mulheres e os negros são maioria, assim como os jovens: na EJA de ensino fundamental, das 2,4 milhões de matrículas, cerca de 25% são de jovens (29 anos ou menos); no ensino médio, das 1,3 milhões de matrículas, 50% são jovens.

Ocorre, entretanto, que é muito comum esses jovens da EJA serem também estigmatizados nas escolas, sendo considerados os alunos que não querem estudar, que atrapalham o trabalho. O fato é que muitos professores também não estão preparados para trabalhar com esses jovens, que carregam uma história de fracasso escolar. As escolas de EJA, na sua maioria, também não oferecem oportunidades de formação profissional, que muitos jovens demandam, nem conhecem as oportunidades locais e as aspirações profissionais desses grupos. O resultado disso é que jovens entram e saem da escola a todo tempo. De um lado, querem o diploma e o reconhecimento social que ele traz. De outro, não conseguem se manter em uma escola que sistematicamente o exclui.

A EJA se caracteriza como modalidade educativa de encontro de todos os sujeitos excluídos recorrentemente da escolarização formal: pessoas com deficiências, travestis e transgêneros, trabalhadoras e trabalhadores do campo, pessoas privadas de liberdade, empregadas domésticas, entre outras.

Juventude trabalhadora

A juventude brasileira está fortemente presente no mundo do trabalho, sendo maior sua inserção neste universo do que da escola: enquanto 37% dos jovens estudam, 74% trabalham, já trabalharam ou buscam trabalho. A partir dos 18 anos, a maioria trabalha ou busca trabalho. Essa importante presença da juventude no mercado de trabalho não se explica apenas pela dimensão da necessidade. Os jovens entrevistados na Pesquisa Agenda Juventude Brasil 2013, da Secretaria Nacional de Juventude, associam o trabalho à necessidade (33%), mas também à independência (25%), à realização pessoal (20%) e ao crescimento (14%).

Com a melhoria nos níveis de renda da população brasileira registrada no período 2002 – 2013, observou-se, no segmento juvenil, um avanço do trabalho formal, diminuindo a inserção dos adolescentes e aumentando a presença dos jovens com mais idade. Entre os adolescentes, muitos puderam retardar sua entrada no mundo do trabalho e dedicar-se aos estudos. Mas, não há garantias de que se trate de uma tendência consolidada. O cenário econômico atual pode impactar de forma negativa a situação dos jovens, provocando aumento do desemprego e diminuição da inserção protegida.

Mesmo com as melhorias registradas, os/as jovens enfrentam situações mais precárias que os adultos no processo de inserção laboral. Como indica a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, além das barreiras para ingressar em um primeiro emprego, os jovens estão mais sujeitos ao desemprego, encontram maiores dificuldades de acessar e permanecer em uma situação de trabalho decente. A informalidade se apresenta mais elevada entre os jovens: trabalho sem carteira assinada, trabalho não remunerado e trabalho doméstico sem carteira assinada. A remuneração recebida também é mais baixa entre os jovens, suas jornadas de trabalho são extensas e as condições de saúde e segurança no trabalho são ainda precárias.

As melhorias registradas também não eliminaram as desigualdades existentes no interior do próprio segmento juvenil, como evidenciam os dados coletados pela pesquisa Agenda Juventude Brasil 2013 e a seguir apresentados. Os jovens dos estratos baixos de renda domiciliar per capita estão mais sujeitos às condições de inatividade e de desemprego. Em 2013, cerca de um em cada cinco desses jovens

Enquanto 37% dos jovens estudam, 74% trabalham, já trabalharam ou buscam trabalho. Os jovens associam o trabalho à necessidade, mas também à independência, à realização pessoal e ao crescimento.

(19%) não estudavam, não trabalhavam, nem estavam procurando trabalho, enquanto nos estratos médios esse índice diminuía para 9%, e nos estratos altos, para apenas 3%. Ao mesmo tempo, 30% deles encontravam-se desempregados – parcela bem mais expressiva que a registrada nos estratos médios (18%) e altos (7%). (BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude).

Considerando-se o território, observa-se que a área rural concentra maior parcela de jovens que não estudam, não trabalham, nem estão procurando trabalho (18%, contra 10% na área urbana). Quase metade dos que já tiveram alguma experiência de trabalho remunerado, ou fizeram com 15 anos ou menos (47%, contra 33% nas áreas urbanas), e apenas 38% têm ou tiveram um trabalho com carteira assinada (contra 54% na área urbana). Para melhorar sua situação no trabalho, os jovens das áreas urbanas demandam o aumento da escolaridade e da qualidade do ensino com mais intensidade que os da área rural (46%, contra 39%) que, inversamente, demandam mais apoio à entrada no mercado de trabalho (48%, contra 37%).

Os dados evidenciam também que a maior escolaridade das mulheres não resulta em maior presença no mundo do trabalho: 66% delas participam da PEA, enquanto entre os rapazes esse índice chega a 82%. Elas conseguem manter-se na condição de estudante que não trabalha por mais tempo que os rapazes: na faixa dos 15 aos 17 anos, 53% delas dedicam-se exclusivamente ao estudo, contra 46% deles. Já os homens começam a trabalhar mais cedo. Entre eles, 40% dos que trabalham ou já trabalharam tiveram seu primeiro trabalho remunerado com 15 anos ou menos; já entre as mulheres, 30% começaram a trabalhar com 15 anos ou menos.

As jovens mulheres que trabalham têm menos acesso a postos com proteção social: enquanto 62% dos rapazes participam do mercado de trabalho formal, entre as mulheres, 55% estão na mesma condição; a parcela de mulheres com trabalho com carteira assinada é um pouco menor que a dos rapazes (49%, contra 54%). Elas estão mais sujeitas ao desemprego (24% delas vivenciam essa situação contra 17% dos rapazes), e por períodos mais longos: 15% estão em busca de trabalho há mais de um ano, contra 8% dos rapazes.

Quando considerada a cor/raça, observa-se que os negros começam sua vida laboral mais cedo (40% dos que trabalham ou já trabalharam realizaram seu primeiro trabalho remunerado com 15 anos ou

70% dos jovens que não estudam e não trabalham são mulheres, sendo que 58% delas tinham ao menos um filho; ou seja, parte do abandono da escola e do fato de não trabalhar se justifica pela necessidade de cuidar do filho.

menos, contra 36% dos brancos), levam mais tempo desempregados (36% deles encontravam-se nessa condição há mais de seis meses, contra 29% dos brancos) e, quando trabalham, estão mais sujeitos a condições mais precárias de trabalho: apenas 45% deles tinham registro na carteira, enquanto entre os brancos eram 55%; apenas 26% tinham plano de saúde ou seguro desemprego e 24% recebiam auxílio-alimentação (contra 34% e 32% dos brancos).

Sobre aqueles que não estudam e não trabalham, cabe ainda destacar que esses sujeitos são, na sua maioria, pessoas com menor escolaridade, sendo que 45% desse grupo vive em famílias com renda de 1/4 de salário mínimo por pessoa, com uma maior concentração na região Nordeste, conforme os dados da PNAD de 2012. Assim, estamos falando de um grupo que vive em piores condições e que é também mais vulnerável na escola e corre maior risco de evadir. Ao mesmo tempo, são aqueles também que têm menores oportunidades no mercado de trabalho. Outro aspecto bastante importante é que 70% desses jovens que não estudam e não trabalham são mulheres, sendo que 58% delas tinham ao menos um filho, ou seja, parte do abandono da escola e do fato de não trabalhar se justifica pela necessidade de cuidar do filho. A gravidez das jovens torna-se uma chave explicativa importante, sendo necessário considerar que grande parte dessas mulheres jovens geralmente não tem acesso a creches para deixar os filhos.

A cultura como área de trabalho para a juventude

Além de realizar estudos sobre a inserção juvenil no mundo do trabalho e apoiar jovens de escolas públicas a construir seus projetos de inserção e desenvolvimento profissional, a Ação Educativa se dedica também a apoiar diretamente a inserção profissional de jovens na área da cultura, tendo como referência sua experiência com movimentos culturais nas periferias urbanas.

A emergência da área cultural como campo de trabalho e geração de renda está cada vez mais na ordem do dia, seja pelo avanço de movimentos político-culturais que reivindicam cidadania cultural, seja pelo crescimento de setores capitalistas para os quais a dimensão simbólica é determinante na geração de valor. As políticas culturais voltadas para o campo econômico nascem deste embate de perspectivas e interesses, ora fomentando as produções de comunidades, artesãos e artistas

A emergência da área cultural como campo de trabalho e geração de renda está cada vez mais na ordem do dia, seja pelo avanço de movimentos político-culturais que reivindicam cidadania cultural, seja pelo crescimento de setores capitalistas para os quais a dimensão simbólica é determinante na geração de valor.

cuja produção simbólica fortalece identidades à margem da cultura hegemônica, ora fortalecendo as indústrias culturais e os fluxos de capital que subjagam produtos artísticos e culturais à lógica mercantil.

Não são todos os que desejam viver de cultura que conseguem seu sustento de atividades artístico-culturais. Por isso a relevância de políticas que ampliem os espaços de formação e os postos de trabalho remunerado no campo. No plano Federal, políticas culturais com enfoque na juventude são poucas, pontuais e sem escala. Contudo, há regulamentações para políticas de ensino de arte e cultura, como a Lei 12.287/10, que institui a obrigatoriedade do ensino de arte nas escolas de educação básica, o Pronatec-Cultura para qualificação profissional. Ambas contribuem à formação de jovens e geram novos postos profissionais no ramo. No campo do planejamento, é interessante observar que metas estabelecidas no Plano Nacional de Cultura tratam da ampliação do ensino de arte e cultura no ensino básico, na graduação ou do fomento à produção de conhecimento, tratam de formação profissional, da ampliação de estruturas físicas e institucionais ou sobre o fomento a setores e produções que ampliem a economia da cultura. Somadas, estas metas correspondem a mais da metade de todas as estabelecidas para o PNC.

No âmbito municipal, a Secretaria Municipal de Cultura promove o Programa Jovem Monitor Cultural, que objetiva contribuir para a formação de jovens no campo da cultura tendo em vista sua atuação na gestão pública e sua inserção como agente cultural para a realização de projetos culturais. Atualmente são cerca de 250 jovens beneficiários, que recebem uma bolsa mensal e atuam por diversos equipamentos públicos de cultura da cidade, em formações teórico-práticas sobre temas relevantes do campo.

Em linhas gerais, tanto no que se refere à formação profissional quanto ao fomento a iniciativas culturais, acreditamos que fortalecer o enfoque

Três prioridades:

A afirmação da cultura e da educação como bens comuns que não podem ser ameaçados por interesses privados e pela lógica mercantil;

Políticas orientadas ao combate às desigualdades, combate ao racismo, ao machismo, à homofobia;

A necessidade de considerar as especificidades dos territórios, com base na escuta de grupos locais, privilegiando regiões mais desfavorecidas.

em ações territorializadas, especialmente nas áreas mais pobres, é uma atitude necessária, com vistas ao desenvolvimento local, ou seja, no reinvestimento dos recursos gerados pelo trabalho da população no próprio território. Uma das possibilidades é o fortalecimento articulações entre empreendimentos e arranjos econômicos criativos com o conceito de economia solidária, uma prática econômica fundamentada nos valores da horizontalidade e cooperação, na qual não impere a lógica do lucro. É sabido que a diversidade cultural pode ser um recurso, fonte de dinamismo social e econômico, porém é crucial ressaltá-la e fortalecê-la enquanto universo de expressões simbólicas e de maneiras de ser, entender e transformar o mundo, portanto, um bem comum.

2.3. Políticas públicas em disputa: as apostas da Ação Educativa

A Ação Educativa considera que políticas de Estado são essenciais para promover equidade e garantir direitos num país tão marcado por muitas desigualdades. Coerentemente, atua no sentido de incidir em políticas públicas, propondo metodologias desenvolvidas em suas experiências e por meio da construção e monitoramento participativos de planos de Estado, que superem as particularidades de gestões transitórias, expressando a soberania popular.

Ao abordar as políticas públicas nas áreas de educação, da cultura e da juventude, têm priorizado temas que considera cruciais para a promoção da justiça social:

- A afirmação da cultura e da educação como bens comuns que não podem ser ameaçados por interesses privados e pela lógica mercantil;
- A necessidade de políticas orientadas ao combate às desigualdades, combate ao racismo, ao machismo, à homofobia;
- A necessidade de considerar as especificidades dos territórios, com base na escuta de grupos locais, privilegiando regiões mais desfavorecidas.

A agenda dos direitos para a juventude

O quadriênio 2016 – 2019 trará como grande desafio a resistência a possíveis retrocessos simultaneamente à necessidade de avanço na efetivação dos direitos dos/as jovens. Os últimos 11 anos foram de avanços: foram criadas institucionalidades voltadas às políticas públicas de juventude – a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), no âmbito federal, e organismos correspondentes nos âmbitos dos estados e municípios; foram realizadas três Conferências Nacionais de Juventude, que envolveram grandes contingentes de jovens na discussão das políticas públicas; foram criadas políticas específicas tendo em vista a promoção dos direitos juvenis (no âmbito federal, alguns dos destaques são o Projovem Urbano, Projovem Trabalhador, Projovem Campo, Projovem Adolescente, Pronaf Jovem e Juventude Viva) e muitas outras que têm nos jovens seu público principal, como o PROUNI e o FIES, programas que promovem o acesso ao ensino superior

por meio de bolsas e financiamento. Além disso, foi construída a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude e instaurado o processo de construção do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude; os jovens foram incluídos na Constituição Federal como segmento específico a ser priorizado pelo Estado e foi aprovado o Plano Nacional de Juventude.

As crises, econômica e política, que se acentuaram em 2015, no entanto, apontam para um cenário bastante diferente, marcado por perdas e retrocessos no campo dos direitos, especialmente aqueles conquistados mais recentemente. A reforma ministerial então implementada simplesmente não considerou a SNJ; somente depois de muita pressão, ela acabou sendo transferida para o Ministério que reuniu vários outros segmentos que também perderam seus espaços próprios: o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Em contexto de cortes orçamentários, a perda de espaço institucional observada no governo federal deve ser seguida por perdas similares nos governos estaduais e municipais; e as políticas de caráter de inclusão tendem a ser esvaziadas, se não eliminadas.

Além da resistência a tais processos, estará em pauta também a demanda por avanços em agendas específicas. Apesar dos avanços significativos observados nos últimos anos, muitos desafios e demandas trazidas por jovens permanecem sem respostas satisfatórias.

Uma questão central para a juventude é a do direito à cidade, que se expressa tanto nas diversas lutas relativas ao transporte público (seja em relação às tarifas, seja em relação ao horário de atendimento aos bairros das periferias), como nas iniciativas de ocupação do espaço público para atividades de lazer, culturais e/ou políticas.

No campo da educação, em que pese o avanço nos níveis de escolaridade da população jovem, permanecem os desafios de ampliação do acesso e permanência no ensino superior, especialmente

Os últimos 11 anos foram de avanços: foram criadas institucionalidades voltadas às políticas públicas de juventude, realizadas três conferências e criados programas específicos. As crises, econômica e política, que se acentuaram em 2015, no entanto, apontam para um cenário bastante diferente, marcado por perdas e retrocessos no campo dos direitos.

ao ensino superior público, e também de acesso ao ensino médio, especialmente para os jovens trabalhadores, e garantia de qualidade nesse nível de ensino por meio de condições materiais adequadas e da consideração da diversidade de sujeitos ali presentes. Vale destacar que mais recentemente a educação passa a entrar na agenda de lutas dos movimentos juvenis e de jovens ativistas menos institucionalizados, com destaque aos processos de resistência à reorganização escolar no estado de São Paulo ou à terceirização da administração escolar em Goiás.

Outro problema de forte impacto na vida dos jovens é a violência. Não à toa, a “Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros” (Secretaria Nacional de Juventude, 2013) mostrou que a violência é a principal preocupação dos jovens brasileiros, sendo mencionada por 43% dos entrevistados. As duas Conferências Nacional de Juventude, de 2008 e 2011, aprovaram entre as suas prioridades a proposta do “enfrentamento da violência contra a juventude negra”. Contudo, o desenvolvimento de políticas específicas para lidar com a questão ainda é incipiente. A principal experiência nesse sentido – o Plano Juventude Viva, criado em 2012, a partir da Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – ainda não tem resultado em diminuição dos índices de violência contra os jovens negros, pobres e da periferia, principais vítimas deste problema.

Se a questão da violência contra os rapazes negros conseguiu ao menos entrar na agenda pública, os problemas enfrentados pelas jovens mulheres negras permanecem ainda praticamente invisíveis: elas têm menor expectativa de vida que as brancas, apresentam índices mais altos de gravidez na adolescência, ocupam postos de trabalho mais precarizados, estão mais sujeitas a sofrer violência no parto e também são mais vítimas de homicídios que as brancas.

Raça e gênero se constituem em agendas centrais para o enfrentamento das desigualdades e muito têm mobilizado os interesses de jovens. Muitas iniciativas juvenis têm trazido questões identitárias, comportamentais, estéticas e políticas relacionadas a essas duas dimensões. Jovens lideranças negras

Raça e gênero se constituem em agendas centrais para o enfrentamento das desigualdades e muito têm mobilizado os interesses de jovens. Muitas iniciativas juvenis têm trazido questões identitárias, comportamentais, estéticas e políticas relacionadas a essas duas dimensões.

e/ou mulheres ganham visibilidade e apoiadores/as, inserem debates, promovem campanhas e mobilizam a juventude. O protagonismo das jovens mulheres e dos/as jovens negros/as vêm crescendo dentro dos movimentos sociais e revelam um processo de empoderamento desses segmentos. Grupos e coletivos culturais reforçam, em sua atuação, as duas dimensões. O trabalho com a juventude brasileira, nos próximos anos, precisa explicitar e aprofundar as disputas que envolvem as questões raciais e de gênero, sobretudo, quando há um avanço de setores conservadores, bastante contrários à promoção de direitos sociais e políticas públicas dirigidas a esses campos.

Ação cultural nos territórios

No ano de 2007, a Ação Educativa organizou sua atuação programática no campo da cultura tendo como foco o movimento cultural das periferias, especialmente, dos subúrbios da Região Metropolitana de São Paulo (território com população de 20 milhões de habitantes distribuídos em 39 municípios). Tal opção se deu por consequência do acúmulo que a instituição logrou na relação de apoio a grupos juvenis desde a década de 1990, a maioria deles periféricos e vinculados a movimentos culturais com destaque para Hip Hop, sendo este, totalmente oriundo das bordas da metrópole e com acentuado recorte étnico racial.

Com a inauguração da sede da Ação Educativa no ano 2000, na qual funciona um espaço cultural, tais movimentos passaram a frequentá-lo e tê-lo como referência de acesso e produção cultural e artística. Depois do Hip Hop veio o graffiti, as rodas de samba, grupos teatrais e saraus de literatura. De tal forma que, ao lançar mão de um Programa especificamente voltado à cultura, a Ação Educativa já tinha um lastro de mais de 10 anos de atuação no campo, o que lhe deu legitimidade e uma visão muito afinada da cena cultural periférica.

Coerente com sua missão sustentada na afirmação e defesa de direitos, a Ação Educativa vem atuando para que a cultura seja vista como uma dimensão central da vida social como um todo e nas periferias em particular. Defendemos não só o acesso à cultura, mas sobretudo o direito à produção, com base no reconhecimento da pujante cena cultural existente nas periferias. Nossa atenção, portanto, sempre foram os artistas, seus movimentos e coletivos e, por consequência do fortalecimento destes, alcançávamos a população dos bairros que se beneficiava dos circuitos culturais que tais grupos, uma vez estabelecidos, organizavam.

A Ação Educativa trabalha para que a cultura seja vista como dimensão central da vida social em geral e nas periferias em particular. Defendemos não só o acesso à cultura, mas sobretudo o direito à produção cultural.

O maior exemplo dessa estratégia é a Agenda Cultural da Periferia. Publicada desde maio de 2007, este guia cultural chega a sua edição nº 100 em maio de 2016, somando um milhão de exemplares (11 edições por ano com tiragem de 10 mil exemplares). Esta publicação tornou-se causa e efeito do fortalecimento da cena cultural das periferias, permitindo a visibilidade da oferta cultural e a possibilidade dos artistas de se verem como um movimento mais amplo. Entendíamos, porém, que não bastava apenas dar visibilidade, era necessário superar o isolamento da cultura da periferia, tanto geográfico e político, quanto estético, ou seja, uma cultura que se esgota no território no qual emerge.

Dessa percepção surgiu o Ponto de Cultura Periferia no Centro, espaço cultural criado na sede da Ação Educativa voltado à apresentação de grupos periféricos e ponto de encontro e troca de experiências, estudo e formação para os grupos. Surgido em 2010 e focado na experimentação artística, este Ponto de Cultura acabou sendo um espaço de articulação política fundamental, pois o centro da cidade é o melhor lugar para as periferias se encontrarem. No ano seguinte realizamos o primeiro de um ciclo de três seminários denominados “Estética da Periferia – arte e cultura nas bordas da metrópole”. A ideia deste evento era de colocar em relevo a arte da periferia não por seus predicados sociais que lhe reduzia à ideia de inclusão, mas para valorizá-la como arte buscando entender que estética dela viceja. O que era para ser um ciclo de três seminários virou um evento permanente que chega a sua sexta edição em 2016 com o nome de “Encontro Estéticas das Periferias”.

Essa trajetória teve muitos percalços, tensões, dissidências e inúmeras dificuldades de continuidade em decorrência, sobretudo, de financiamento, mas demonstrou que foi uma estratégia acertada, pois a Ação Educativa firmou-se como uma importante instituição cultural, especialmente na Cidade de São Paulo. Partimos da defesa de direito, ampliando o acesso e a produção e avançamos para a valorização artística. Desde 2013, passamos a dar destaque à incidência política no campo da cultura com foco na

Passaremos a dar uma atenção especial às articulações de territórios, ajudando os grupos culturais a buscarem soluções para sua sustentação no longo prazo. Passaremos a desenvolver arranjos produtivos locais com projetos de inclusão produtiva baseados nos princípios da economia solidária.

melhoria e ampliação das políticas públicas e passamos a dar uma especial atenção à arte-educação como campo profissional para artistas educadores, sendo este, também, um vetor que potencializa a articulação cultura – educação que buscamos aprofundar daqui para frente. Tais premissas continuam em pauta, porém, o foco para o quadriênio 2016 – 2019 é a economia da cultura.

Em decorrência do reconhecimento da cultura como direito por parte do Estado com políticas públicas avançadas como os Pontos de Cultura, que se realiza em parceria entre União, estados e municípios, os editais do PROAC - Programa de Ação Cultural do Governo do Estado de São Paulo e o edital do VAI – Valorização de Iniciativas Culturais, da Prefeitura de São Paulo (voltado a grupos culturais juvenis das periferias), passamos a viver a “era dos editais”, criando inclusive uma linha evolutiva de um grupo cultural: começa no VAI, passa para o PROAC e chega a Ponto de Cultura, e daí passa a acessar editais de fomento (exclusivamente artísticos) e leis de incentivo cultural. Esse contexto obrigou muitos grupos a se institucionalizarem. Passaram a ter sedes, pessoas trabalhando e dessa forma a manutenção do grupo passou a ser uma exigência que já não pode ser suprida só por meio de editais.

Como então dar continuidade ao processo de profissionalização dos grupos culturais periféricos? Essa é uma questão chave que Ação Educativa pretende abordar com centralidade no próximo quadriênio. Passaremos a dar uma atenção especial às articulações de territórios, ajudando os movimentos a buscarem soluções de longo prazo para sustentarem sua atuação. Passaremos a desenvolver arranjos produtivos locais com projetos de inclusão produtiva baseados nos princípios da economia solidária (relações horizontais e cooperadas com distribuição igualitária de despesas e ganhos, relações de troca e moeda social). Empreendimentos como ateliês compartilhados, agências de eventos, produtoras, moda, lojas de roupa, cabelereiro, restaurantes, livrarias de bairro, casas de shows, produtoras, escritório de design gráfico, webdesigners, pequenas gráficas, confecções, são alguns exemplos que já existem isoladamente e que podem ganhar mais força e visibilidade, formando

Ação Educativa, em articulação com movimentos e organizações sociais que defendem equidade na diversidade, combatendo o racismo, o sexismo e a homofobia, trabalhará no período 2016-2019 para a construção e implementação de Diretrizes Nacionais Curriculares sobre Educação, Gênero e Diversidade Sexual pelo Conselho Nacional de Educação.

circuitos dinâmicos e interativos de empreendimentos culturais nas periferias.

Nossa aposta, portanto, para este Plano Quadrienal, é difundir a ideia de que é possível viver de cultura. Por um lado, nossa atuação territorializada visa os arranjos produtivos ou cadeia de empreendimentos que se articulam: o grupo de rap que contrata a produtora, que contrata a casa de show, que contrata o webdesign, que contrata a gráfica, que contrata a distribuidora de panfletos, entre outras. Por outro lado, no plano macro, devemos trabalhar para que as políticas públicas, assim como empresários e empresas da indústria cultural reconheçam o potencial econômico da cultura periférica. Nesse sentido, vale destacar e ter como base para nossa ação o Plano Nacional de Cultura, aprovado em 2010 e com metas até 2020, que tem como um dos seus eixos a dimensão econômica da cultura. Além disso, a III Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2013, referendou tal estratégia reforçando a necessidade de implementar políticas estratégicas para a economia da cultura. Em São Paulo, especificamente, está em tramitação na Câmara Municipal a “Lei de Fomento à Periferia” que defende exatamente a sustentabilidade dos grupos já estabelecidos. Um fundo específico para esse fim pode ser uma alternativa nesse sentido. Educação: participação e equidade

Destaca-se também, como parte das estratégias previstas para o período 2016-2019, a atuação crítica da Ação Educativa em relação aos setores que defendem a privatização da educação pública por meio de diversas formas e arranjos.

Na área da educação, as principais apostas da Ação Educativa para o período 2016-2019 são: a implementação do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) como política de Estado; o enfrentamento da crescente força política de grupos refratários às agendas de direitos humanos nas políticas educacionais e, especificamente, contrários à promoção da igualdade de gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero no ambiente escolar; e o investimento na educação popular e no desenvolvimento e disseminação de metodologias e processos participativos que aprofundem e diversifiquem os currículos, práticas pedagógicas e a gestão democrática em educação e aprimorem estratégias de superação das desigualdades sociais como obstáculos à garantia do direito humano à educação de todas as pessoas.

Como previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 25 de junho de 2014 após uma longa e conflituosa tramitação no Congresso Nacional, estados e municípios tiveram um ano para construir ou revisar seus planos decenais de educação. Em decorrência de pressão de organizações da sociedade civil, entre elas a Ação Educativa, o PNE aprovado estabeleceu que os Planos Municipais

e Estaduais fossem construídos por meio de processos participativos, com o envolvimento das comunidades. Porém, a construção e revisão dos planos municipais e estaduais de educação se deu em meio a uma conjuntura política e econômica bastante complexa, marcada por fortes disputas ideológicas.

Grupos religiosos fundamentalistas, apoiados por bancadas parlamentares conservadoras e organizações sociais retrógradas, como a Escola sem Partido, que combate o que chamam de “doutrinação” nas escolas públicas, organizaram-se para influenciar os processos de elaboração dos planos de educação nos estados e municípios. Com base em mentiras e chantagens, conseguiram excluir desses planos temas relacionados à educação das relações de gênero, raça, sexualidade e diversidade. A partir do final de 2015, passaram a atuar no processo de implementação dos Planos, intimidando equipes escolares. Muitas tem recebido notificações extrajudiciais movidas por advogados associados a esses grupos, com ameaças de prisão, perda de cargo público e ações judiciais indenizatórias, caso eles abordem questões dessa natureza na escola.

Como reação, várias iniciativas de sociedade civil vêm sendo desenvolvidas, articulando movimentos feministas, LGBTQs, negros e de educação, com forte participação da Ação Educativa. A estratégia principal tem sido produzir contrainformação, esclarecendo os educadores da relevância desses temas para realizar a educação para a cidadania que prevê nossa Constituição e diversas convenções internacionais firmadas pelo Brasil. Como avanço necessário nessa perspectiva, a Ação Educativa, em articulação com movimentos e organizações sociais que defendem equidade na diversidade, combatendo o racismo, o sexismo e a homofobia, trabalhará no período 2016-2019 para a construção e implementação de Diretrizes Nacionais Curriculares sobre Educação, Gênero e Diversidade Sexual pelo Conselho Nacional de Educação. Espera-se que tais Diretrizes fortaleçam o marco normativo nacional que dá base aos programas e políticas públicas que abordam essas questões na educação.

Além disso, por meio da Iniciativa De Olho nos Planos, impulsionada pela Ação Educativa e que articula vários parceiros do campo educacional, a instituição vem promovendo desde final de 2015 a participação social no monitoramento da implementação dos Planos de Educação como fator de qualificação das políticas educacionais. Destaca-se também como parte das estratégias previstas para o período 2016-2019, a atuação crítica da Ação Educativa em relação aos setores que defendem a privatização da educação pública por meio de diversas formas e arranjos.

Como abordada anteriormente neste Plano Quadrienal, a emergência do movimento de ocupação das escolas por estudantes do ensino médio de escolas públicas do Estado de São Paulo vem desafiando e ampliando o debate sobre participação dos sujeitos escolares nas políticas educacionais. Inovadora e plural, a experiência de ocupação do movimento dos estudantes secundaristas revelou uma participação que se afirma como um direito e não como concessão, um direito humano de todas as pessoas de opinar, de reivindicar, de propor, de criticar e de atuar em questões que afetam suas vidas e de suas coletividades.

Além de denunciar o autoritarismo governamental e reivindicar políticas de Estado e financiamento

adequado, as ocupações dos estudantes também afirmaram a participação como espaço de transformação política no “aqui e agora”. Sexismo, racismo, homofobia, entre outras agendas, foram discutidas em muitas rodas de conversas das(dos) estudantes e familiares, ampliando as perspectivas do fazer político e do debate sobre qualidade em educação, para além da hegemonia de uma qualidade educacional centrada somente em testes de desempenho estudantil de larga escala.

Com base nessas e em outras provocações, a Ação Educativa intensificará no período 2016-2019 o investimento na educação popular e em metodologias participativas, referenciadas na compreensão de que a educação tem um papel fundamental na democratização do Estado brasileiro, na garantia dos direitos humanos e na construção de uma cultura democrática comum ampliada, que possibilite a construção e sustentação de um projeto de justiça social radical no país.

Flickr/Romerito Pontes



Flickr/Circuito Fora do Eixo

3 INTERVENÇÃO

3.1 Objetivos

O Plano Quadrienal da Ação Educativa será orientado pelos seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Promover, na sociedade e nas políticas públicas, a cultura e a efetivação dos direitos humanos, da democracia e da sustentabilidade socioambiental, combatendo as desigualdades, o racismo, o sexismo, a homofobia e outras discriminações, resistindo aos retrocessos legais e políticos no campo dos direitos.

Objetivos Estratégicos

1. Promover a educação e a cultura em espaços escolares e não escolares, experimentando e disseminando inovações metodológicas, abordando temas emergentes e cruciais para a ação política e produzindo conhecimentos sobre tais práticas.
2. Implementar iniciativas educacionais e culturais em territórios periféricos, ampliando a capacidade de grupos e movimentos que ali atuam de incidir nas políticas públicas e melhorar suas condições de vida.
3. Fortalecer redes de atores que promovem mobilização social e incidência em políticas públicas – em âmbito local, nacional e internacional –, tendo em vista os direitos educacionais, culturais e da juventude.
4. Produzir e disseminar informações, conhecimentos e posicionamentos afirmando os direitos humanos, a equidade, a diversidade, a democracia e a sustentabilidade socioambiental como valores, contribuindo para formar a opinião pública e apoiando grupos e movimentos que se pautam por esses valores.

3.2. Estratégia geral de intervenção

A marca constitutiva da estratégia de intervenção da Ação Educativa é a combinação de intervenção na ponta com produção de conhecimento, comunicação e incidência em políticas públicas no âmbito local, municipal, estadual, nacional e internacional. As experiências de intervenção localizadas geram metodologias que são disseminadas por meio da ação em rede, parcerias com outras organizações da sociedade civil e órgãos públicos. Há grande ênfase também no apoio a grupos de jovens, artistas, agentes culturais e educadores/as que buscam a realização dos direitos culturais, educacionais e da juventude. O desenvolvimento de metodologias, a ação junto a jovens, educadores e artistas periféricos inspira e orienta a produção de conhecimentos e informação, assim como a construção participativa de propostas para incidir nas políticas públicas.

3.3 Resultados esperados, indicadores e ações

Objetivo Estratégico 1 - Promover a educação e a cultura, em espaços escolares e não escolares, experimentando e disseminando inovações metodológicas, abordando temas emergentes e cruciais para a ação política e produzindo conhecimentos sobre tais práticas.

Resultados	Indicadores	Atividades
1. Educadores/as e educando/as em programas de EJA e Educação no Campo têm formação pedagógica, currículos e materiais didáticos e apropriados.	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de especialistas dos materiais didáticos produzidos pela Ação Educativa • Quantidade de materiais didáticos distribuídos para programas educacionais no país. • Quantidade de professores/as, educadores/as e agentes culturais formados pela Ação Educativa. • Percepção dos/as formandos/as sobre a efetividade da formação • Quantidade e abrangência de programas educacionais avaliados ou assessorados pela Ação Educativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção e distribuição de materiais didáticos de EJA e Educação no Campo. • Assessoria a Programas de EJA e Educação no Campo. • Avaliação de programas de EJA e Educação no Campo.
2. Professores/as, educadores/as e agentes culturais têm formação para abordar questões raciais e de gênero, e para combater o racismo, o sexismo, a homofobia e outras discriminações.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de professores/as, educadores/as e agentes culturais formados pela Ação Educativa nessas temáticas. • Percepção dos/as formandos/as sobre a efetividade dessa formação • Alcance de campanhas digitais relacionadas a essas temáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disseminação da Coleção Relações Raciais e Educação • Formação de Jovens Monitores/as Culturais • Formação de Educadores de EJA • Campanhas digitais
3. Jovens estudantes de escolas públicas elaboram projetos profissionais e de continuidade de estudos com bases consistentes.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de alunos atendidos • Qualidade e relevância da orientação, segundo os/as participantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de oficinas Tô no Rumo para jovens e adultos gerais e temáticas (Tô no Rumo – Mulheres; Tô no Rumo Cultura, entre outras)

<p>4. Adolescentes e jovens cumprindo medidas socioeducativas e jovens e adultos privados de liberdade têm acesso a programas educacionais abrangentes e de qualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de adolescentes e jovens cumprindo medidas socioeducativas que recebem formação ofertada pela Ação Educativa. • Qualidade e relevância da formação na opinião dos/as participantes e gestores/as de programas de medidas socioeducativas. • Quantidade de pessoas privadas de liberdade que se beneficiam de programas educacionais assessorados por Ação Educativa. • Leis e políticas públicas conquistadas graças às mobilizações de que a Ação Educativa participa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Arte – Educação para adolescentes e jovens cumprindo medidas socioeducativas em regime fechado. • Projeto de formação para adolescentes cumprindo Medida Socioeducativa em regime de liberdade assistida • Assessoria a programas educativos em sistemas prisionais. • Participação em redes que promovem educação e direitos humanos para pessoas em situação de privação de liberdade.
<p>5. Professores de jovens estão capacitados para realizar orientação profissional em escolas públicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de educadores/as atendidos. • Qualidade e efetividade da formação segundo a avaliação dos/as participantes das formações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Negociação de parcerias com redes de ensino para a formação de educadores.
<p>6. Educadores, agentes culturais, jovens e população em geral têm oferta permanente de cursos e eventos de formação em Direitos Humanos e Educação Popular, formação política, sustentabilidade socioambiental.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Abrangência e perfil do público participante dos cursos e debates promovidos pela Ação Educativa. • Avaliação da relevância e qualidade dos cursos de formação e dos debates pelos participantes. • Resultados de campanhas visando ampliar o apoio da sociedade para manutenção do espaço público da Ação Educativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação do Centro de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular. • Consolidação da Série Ação em Debate. • Construção de parcerias e bases de sustentação financeira para as atividades do Centro de Formação. • Campanhas para ampliar apoio de pessoas para manutenção do espaço público da Ação Educativa
<p>7. Educadores/as contam com subsídios pedagógicos para atuar na orientação profissional de jovens, na formação de jovens ativistas e na educação de adolescentes e jovens cumprindo medidas socioeducativas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de pessoas que acessam e utilizam esses subsídios • Qualidade e relevância dos subsídios segundo avaliação de usuários e especialistas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção do site Tô no Rumo • Disseminação de Manual Tô no Rumo • Elaboração e divulgação de materiais, estudos e pesquisas sobre jovens e escolhas profissionais.

		<ul style="list-style-type: none"> • Sistematização de práticas da Ação Educativa pela Unidade de Formação • Publicação Jades – Como abordar o direito à educação com jovens. • Publicação Segura Essa Idéia – Debatendo direitos humanos, raça, gênero e segurança com jovens • Publicação Arte na Medida, sistematização do Projeto Arte na Casa.
<p>8. A cultura de periferia em São Paulo conta com ferramentas eficazes de fomento e difusão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Abrangência do público da Agenda Cultural da Periferia, do Espaço Cultural Periferia no Centro e de grandes eventos apoiados por Ação Educativa. • Avaliação de artistas periféricos, público e especialistas sobre a relevância da Agenda, do Espaço Cultural e dos eventos para a cultura de periferia. • Cobertura das mídias tradicionais e alternativas da programação do Centro e dos eventos. • Resultado de campanhas de mobilização de recursos para sustentar a Agenda Cultura da Periferia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Programação regular do Espaço Cultural Periferia no Centro • Mostras de artes cênicas • Expo Graffiti em 27 de março • Agenda Cultural impressa e eletrônica, nas redes sociais, programas na Rádio Heliópolis, Rádio Globo. • Promoção e apoio eventos relacionados à Cultura de Periferia e Cultura Negra: Mostra Estéticas da Periferia, Circuito Vozes do Corpo, Noite dos Tambores, Mês do Hip-Hop, Virada Cultural, Feira Preta, etc. • Realização de campanhas para mobilização de recursos para financiar a Agenda.
<p>9. Artistas, ativistas, gestores de políticas culturais e acadêmicos têm espaço para debater sobre a cultura de periferia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relevância dos debates e publicações na opinião do público e especialistas. • Abrangência do público alcançado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de eventos de debate (Seminário Comemorativo 100 Edições da Agenda; Encontro Estéticas das Periferias). • Publicação de artigos de opinião e ensaios

Objetivo Estratégico 2 - Implementar iniciativas educacionais e culturais em territórios periféricos, ampliando a capacidade de grupos e movimentos que ali atuam de incidir nas políticas públicas e melhorar suas condições de vida.

Resultados	Indicadores	Ações
1. Jovens de regiões periféricas são motivados, capacitados e apoiados para agir coletivamente pela melhoria das condições de vida em seus territórios.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de jovens atendidos em programas de formação e assessoria Impacto da ação de grupos de jovens atendidos/as em seus territórios. Capacidade da Ação Educativa de mobilizar recursos junto à sociedade para apoiar ativismo juvenil 	<ul style="list-style-type: none"> Jovens Agentes pelo Direito à Educação Jovens Agentes pelo Direito à Igualdade de Gênero Jovens Agentes pelo Direito à Segurança
2. Jovens têm capacidade e oportunidade para inserção profissional qualificada na área da cultura.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de jovens participantes nos projetos. Relevância e eficácia da formação na visão dos jovens, educadores e gestores de políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> Execução do Projeto Jovem Monitor/a Cultural Elaboração, captação de recursos e implementação de projeto de fomento à economia da cultura, envolvendo grupos culturais já estabelecidos.
3. Educadores/as e estudantes motivados/as e capacitados/as para realizar projetos educacionais que integram as escolas com seus territórios, na busca de uma educação de qualidade.	<ul style="list-style-type: none"> Abrangência das iniciativas Avaliação da relevância e impacto educacional das iniciativas pelos participantes e outros agentes no território. 	<ul style="list-style-type: none"> Rede NEPSO (Nossa Escola Pesquisa sua Opinião) Projeto Redes de Proteção Social Apoio a iniciativas de estudantes em escolas (grêmios, comissões, ocupações)
4. Grupos que promovem educação em Direitos Humanos em regiões periféricas pela prática do Futebol se multiplicam e se articulam nacional e internacionalmente.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de polos de Futebol de Rua e participantes apoiados pela Ação Educativa. Avaliação dos participantes quanto ao impacto do Futebol de Rua em sua formação. 	<ul style="list-style-type: none"> Formação e animação de polos de futebol de rua em regiões periféricas. Eventos de articulação de iniciativas educativas por meio da prática do futebol.

5. Iniciativas comunitárias e culturais periféricas se multiplicam e se fortalecem	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação dos grupos comunitários e culturais quanto ao apoio da Ação Educativa 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio e divulgação dos Saraus literários. Apoio a projetos comunitários de promoção da leitura, educação ambiental, etc.
--	---	---

Objetivo Estratégico 3 - Fortalecer redes de atores que promovem mobilização social e incidência em políticas públicas – em âmbito local, nacional e internacional – tendo em vista os direitos educacionais, culturais e da juventude.

Resultados	Indicadores	Ações
1. Equidade racial e de gênero, combate às discriminações (racismo, sexismo, homofobia/transfobia, entre outras) são assumidas como elementos estruturantes da qualidade das políticas educacionais, culturais e de juventude	<ul style="list-style-type: none"> Ações do Ministério Público em relação à aplicação da lei 10.639/2003. Utilização dos Indicadores de relações raciais para avaliar escolas Estabelecimento de Diretrizes Nacionais de Educação em Gênero e Sexualidade pelo Conselho Nacional de Educação Políticas de Juventude que passam a abordar essas temáticas. Políticas culturais que passam a abordar essas temáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Animação da Rede Tranças Pautar temas relacionados a questões de gênero, raça e discriminações nas redes e movimentos de negro/as, mulheres, LGBT, jovens, cultura, atuação comunitária. Assessoria a órgãos que executam políticas culturais e de juventude Participação em campanhas contra o genocídio da juventude negra e periférica
2. Ambiente legal e normativo da educação brasileira promove a laicidade da educação pública, mecanismos de participação ampla e efetiva, equidade e combate às discriminações.	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da regulamentação do PNE por especialistas e ativistas do campo dos direitos humanos e combate às desigualdades e discriminações. Normativas de Educação e Religião que coíbam a educação confessional em escolas públicas. Repressão à ação de grupos fundamentalistas e educação confessional em escolas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> Participação na Campanha Nacional pelo Direito à Educação Participação na Rede Tranças da Diversidade e outras redes temáticas Incidência no processo de construção da normativa sobre Educação e Religião no CNE. Representação na PFDC sobre a atuação organizada de grupos religiosos fundamentalistas junto aos sistemas de ensino e escolas públicas.

		<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento da tramitação da Ação de Inconstitucionalidade sobre o Ensino Religioso no STF. • Participação no Grupo Educação e Laicidade
<p>3. Mais comunidades escolares realizam avaliações institucionais participativas e conseguem melhorias educacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de escolas que utilizam as ferramentas Indique para realizar avaliações institucionais. • Percepções de melhorias nas escolas por parte dos atores envolvidos nas avaliações institucionais • Avaliação institucional participativa passa a integrar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb) 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de Plataforma Digital Indique de Avaliação Institucional • Assessoria a escolas, municípios e estados para implantação de avaliação institucional e sua integração com monitoramento de planos de educação. • Elaboração, experimentação e disseminação do Indique Ensino Médio. • Pautar o tema da avaliação institucional pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação • Promoção de eventos envolvendo acadêmicos e gestores do MEC sobre avaliação institucional no Sinaeb.
<p>4. Instâncias e processos de monitoramento participativo de Planos de Educação em municípios são fortalecidas e melhorias educacionais com equidade são conquistadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de municípios que realizam processos participativos de monitoramento de Planos de Educação. • Percepção de melhorias educacionais pelos envolvidos no monitoramento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Animação da Plataforma De Olho nos Planos • Reconhecimento público de experiências municipais de monitoramento de planos de educação • Assessoria a municípios na implantação de processos e instâncias participativas de monitoramento de planos de educação
<p>5. Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões e de Educação e Medidas Socioeducativas são implementadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de eventos e participantes em debates públicos sobre educação em prisões. • Experiências inovadoras de políticas educacionais para pessoas privadas de liberdade são experimentadas ou disseminadas e amplamente divulgadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com redes que defendem direitos de pessoas privadas de liberdade • Debates públicos sobre Plano Estadual de Educação em Prisões em São Paulo.

<p>6. Grupos culturais de periferia e arte-educadores se articulam e conquistam políticas culturais mais equitativas que beneficiam seus territórios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade e alcance de iniciativas de articulação para incidência política. • Participação de grupos culturais em espaços onde se disputam as políticas culturais • Planos de estado na área de cultura que promovem equidade e beneficiam territórios periféricos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em Redes de Pontos de Cultura • Articulação da Rede de Arte-Educadores Sociais • Incidência na Construção do Plano Municipal de Cultura na cidade e Plano Estadual em São Paulo.
<p>7. Sistema de justiça ativo na defesa do direito à educação assumindo agendas dos movimentos sociais e redes de sociedade civil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sucesso de ações estratégicas via sistema de justiça. • Qualidade e abrangência dos subsídios e programas de formação para operadores do direito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de subsídios e programas de formação para operadores do direito • Litigância estratégica com movimentos e redes de organizações da sociedade civil: defesa de direitos educativos de pessoas privadas de liberdade, defesa do direito ao acesso à educação infantil, garantia da laicidade da educação pública.



Objetivo Estratégico 4 – Produzir e disseminar informações, conhecimentos e posicionamentos afirmando os direitos humanos, a equidade, a diversidade, a democracia e a sustentabilidade socioambiental como valores, contribuindo para formar a opinião pública e apoiando grupos e movimentos que se pautam por esses valores.

Resultados	Indicadores	Ações
1. Integração dos debates e proposições sobre educação, cultura e juventude nos debates e proposições sobre paradigmas de desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental em âmbito planetário e em projetos para o Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de estudos, debates e proposições que abordam as temáticas na perspectiva que a Ação Educativa promove ou em que colabora. Quantidade de pessoas e coletivos que acessam e utilizam esses conteúdos e espaços de debates. Avaliação de especialistas e ativistas sobre a produção da Ação Educativa nessa temática. 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de conteúdos sobre Educação, Cultura e Juventude no âmbito da Agenda 2030. Produção de conteúdos e proposições para Conferências Internacionais e seu seguimento. Produção de conteúdos sobre cultura de periferia e economia criativa. Participação no Fórum Social Mundial e eventos associados. Participação em articulações de especialistas e ativistas que desenvolvem, debatem e disseminam propostas amplas para o Brasil.
2. Lei de Acesso à Informação (LAI) utilizada para qualificar o debate público sobre políticas de educação, cultura e juventude	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de estudos e matérias jornalísticas produzidas com base em dados da LAI Repercussão de denúncias de eventuais descumprimentos da LAI Quantidade de pessoas que acessam e utilizam os conteúdos produzidos. 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de estudos, reportagens especiais e notícias para o Observatório da Educação. Participação em redes e iniciativas que promovem transparência e controle social.
3. Informações e análises sobre desigualdades impactam o debate sobre educação, cultura e juventude, sobre paradigmas de desenvolvimento, sustentabilidade socioambiental e projetos para o Brasil	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade e abrangência de estudos realizados pela Ação Educativa ou nos quais a instituição colabora Quantidade de pessoas que acessam e utilizam dados e análises produzidas por Ação Educativa. 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo Educação e Desigualdades Estudo Educação e Gênero. Estudos sobre Alfabetismo e habilidades básicas de jovens e adultos.

4. O debate sobre o público e o privado na educação e na cultura é qualificado, fazendo prevalecer a afirmação de ambas como bens públicos.

- Quantidade e abrangência dos estudos e debates promovidos por Ação Educativa sobre essa temática.

- Estudos e debates sobre políticas educacionais que envolvem parcerias entre público e privado (ProUni, Escolas Charter, PPP, creches comunitárias, entre outras).
- Estudos e debates sobre a influência de grupos privados em processos conferenciais internacionais e nacionais, em conselhos de educação e cultura, na gestão de políticas públicas.
- Estudos e debates sobre Investimento Social Privado e papel das ONGs na área da Educação e da Cultura
- Estudos e debates sobre modelos de financiamento da Educação e da Cultura.





4 COMUNICAÇÃO, GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

4.1. Comunicação e transparência

Na estratégia institucional desenhada neste Plano Quadrienal, a Comunicação é peça chave. Para conseguir os resultados almejados e a sua sustentabilidade política e financeira, a Ação Educativa precisará ampliar exponencialmente seu público.

Será criado um novo site institucional, que responda melhor aos interesses dos que buscam Ação Educativa pela Internet e que, ao mesmo tempo, evidencie a unidade e promova as sinergias entre os diversos projetos e iniciativas. A ideia principal é que o novo site seja, de fato, um site institucional, em que se visibilize principalmente o que a Ação Educativa faz e com que agendas trabalha, valorizando seus posicionamentos políticos, análises, pesquisas e serviços.

O tema a ser desenvolvido deverá ser responsivo, se adaptando aos diferentes dispositivos como tablets, celulares e smartphones, oferecendo assim a experiência adequada a cada um desses dispositivos. Também está previsto que o novo site avance com relação ao atual site no que se refere à acessibilidade para pessoas com deficiências, segundo critérios de acessibilidade da W3C (World Wide Web Consortium).

Além da conexão fundamental com as redes sociais, o site deverá estar vinculado ao nosso repositório de dados abertos, a ser desenvolvido em plataforma DSPACE, facilitando o acesso ao acervo de produções bibliográficas, como coleções de publicações, materiais didáticos, fotos da organização, entre outros.

Neste novo site, também haverá um espaço de doação, que será utilizado para a captação de recursos com pessoas físicas. A partir da construção de campanhas nas redes sociais, valorizando a atuação e a expertise da Ação Educativa nos campos da educação, da cultura e da juventude, pretende-se fortalecer nossos vínculos com apoiadores que acreditam nos projetos e nas agendas da instituição. Haverá também espaço para a venda de produtos: livros e peças de campanha (camisetas, bottons, etc).

O novo site deverá manter e aperfeiçoar áreas voltadas à transparência institucional, com informação de fácil acesso sobre sua composição societária e diretoria, planos e relatórios de atividades, relatórios de avaliações externa, fontes de financiamento e balanços, de acordo com o que está previsto da Lei de Acesso à Informação e Lei das OSCIPS.

Para conseguir os resultados almejados e a sua sustentabilidade política e financeira, a Ação Educativa precisará ampliar exponencialmente seu público.

Para monitorar os acessos às páginas do site, serão utilizadas as ferramentas disponibilizadas pelo Alexa, o Similar Web e o Google Analytics. Como referência de meta a ser alcançada, acompanharemos o desempenho do site da ONG Repórter Brasil, cujo foco é produção e difusão de conteúdos relacionados ao campo dos direitos. Considerando os últimos seis meses, a Repórter Brasil alcançou uma média mensal de 119,1 mil visitas, enquanto a Ação Educativa alcançou 51,6 mil (Dados Similar Web). Em relação à ampliação de nossa presença nas redes sociais, devemos usar o mesmo parâmetro: a mesma quantidade de curtidas que a página da ONG Repórter Brasil no Facebook, sendo que, atualmente, a página de Ação Educativa tem 12,9 mil curtidas, contra 111,4 mil da Repórter Brasil.

Acreditamos que a construção de uma comunicação que tenha o site da Ação Educativa como principal vetor das informações, campanhas e difusão dos conteúdos, incluindo outras plataformas de atuação em rede, como De Olho nos Planos, Indicadores da Qualidade na Educação e Futebol de Rua, por exemplo, potencialize a marca da instituição e seu forte lugar de incidência política e atuação em rede.

4.2 Gestão

A estrutura organizacional da Ação Educativa visa favorecer o alcance de seus objetivos e a coerência com a missão e os valores institucionais.

Sua assembleia de sócios é composta por 56 membros ativos e se reúne ordinariamente uma vez ao ano. Os sócios elegem a cada três anos uma diretoria composta por três membros que contam com o apoio de três conselheiros. A Diretoria realiza uma reunião ordinária a cada semestre e quantas forem necessárias para a tomada de decisões estratégicas, a partir da convocação de qualquer dos seus membros ou sugestão da Coordenação Executiva. O Conselho Fiscal se reúne pelo menos uma vez por ano para analisar e dar pareceres sobre as contas apresentadas pela Diretoria ao final de cada ano e ao término de seu mandato. Trata-se de órgão eleito pela Assembleia com mandato de três anos, com papel fiscalizador de regularidade e de transparência, responsável por zelar pela boa aplicação dos recursos financeiros. Ao longo do ano, acolhe os pedidos de aconselhamento

O Colegiado de Coordenação, de natureza consultiva, dá suporte às decisões programáticas e administrativas assumidas pela Coordenação Executiva com base no amplo debate e na construção de consensos.

da Coordenação Executiva e pode solicitar informações ao setor responsável pelo controle financeiro. Tanto diretores como conselheiros exercem suas funções em caráter voluntário, de acordo com o previsto no estatuto da instituição.

A Coordenação Executiva é composta pelo/a Coordenador/a Geral e por Coordenadores/as Adjuntos/as, profissionais remunerados para realizar a gestão cotidiana da instituição em nome da Diretoria. O Colegiado de Coordenação, de natureza consultiva, é uma instância política que dá suporte às decisões programáticas e administrativas assumidas pela Coordenação Executiva com base no amplo debate e na construção de consensos. Funciona com reuniões pelo menos quinzenais. Além dessas realizam-se também reuniões de colegiado ampliado, para as quais são convidadas todas as equipes das áreas e setores. Pautando temas relevantes da conjuntura, andamento e resultados de projetos ou assuntos que devem ser objeto de posicionamento público da instituição, o Colegiado Ampliado é um espaço de reflexão e de partilha das principais questões com que se enfrenta a Ação Educativa no cumprimento de sua missão. Serve como instância de troca de ideias e aconselhamento, fortalecendo o espírito de corresponsabilidade e pertencimento.

As equipes de trabalho se organizam em Unidades Programáticas, responsáveis pela elaboração e execução de projetos, e nos setores de serviços: Setor de Administração e Finanças, Setor de Comunicação e Centro de Eventos. Além das reuniões do Colegiado de Coordenação e Colegiado Ampliado, as equipes das unidades programáticas e setores também participam das reuniões gerais de planejamento e avaliação, onde são compartilhados e discutidos coletivamente seus planos de atividades, balanços de resultados, novos desafios e oportunidades.

4.3 Monitoramento e avaliação

A Reunião Geral de Avaliação, realizada anualmente, é o principal momento de compartilhar informações e análises sobre os resultados conseguidos em cada unidade programática, assim como

Além das reuniões do Colegiado de Coordenação e Colegiado Ampliado, as equipes das unidades programáticas e setores também participam das reuniões gerais de planejamento e avaliação, onde são compartilhados e discutidos coletivamente seus planos de atividades, balanços de resultados, novos desafios e oportunidades.

nos setores de serviços e na coordenação executiva. Com base nas recomendações colhidas nessa ocasião, cada unidade ou setor elabora seu plano de ação para o próximo ano. Na Reunião Geral de Planejamento, busca-se otimizar as sinergias entre as várias unidades e são também definidas prioridades comuns. No final do primeiro semestre de cada ano, a Coordenação Executiva se reúne com as equipes das unidades e setores para realizar o monitoramento de meio termo do Plano de Trabalho.

A cada três ou quatro anos, a Ação Educativa contrata uma avaliação externa para ter mais insumos para seu constante aperfeiçoamento. Algumas vezes a avaliação externa aborda a organização em seu conjunto, em outras focaliza aspectos específicos.

Em relatórios anuais, publicados em seu site, as equipes fazem um balanço das atividades e resultados alcançados no período, assim como dos desafios para o futuro. Os relatórios das avaliações externas também são publicados.

4.4 Análise de riscos e sustentabilidade

Uma análise dos riscos que poderiam eventualmente comprometer o alcance dos resultados previstos aponta para as seguintes possibilidades:

O país pode mergulhar numa recessão prolongada que reduza drasticamente a capacidade de investimento do estado e provoque uma deterioração importante das condições de vida das populações mais pobres, que vinham nos últimos 12 anos ampliando seu acesso a bens e serviços públicos. Se isso ocorrer, provavelmente não será possível contar com parcerias públicas necessárias e a motivação especialmente da população jovem e adulta, para que sejam cumpridas as metas quantitativas desse projeto, que são ambiciosas.

A diminuição de capacidade de investimento estatal em políticas sociais e uma retração do financiamento empresarial – duas tendências previsíveis num cenário recessivo – podem comprometer a captação dos recursos necessários para realizar os projetos da Ação Educativa. Visando reduzir esse risco, a instituição apostará na prospecção de novas fontes de recursos na cooperação internacional, assim como maior eficiência nas estratégias de captação de recursos próprios, com venda de produtos e serviços.

Outra possibilidade que pode comprometer em especial as iniciativas explicitamente focadas em promover a equidade de gênero e raça previstas neste plano é o avanço de grupos fundamentalistas nos poderes legislativos e executivos nos três níveis de governo.

Nossa aposta, entretanto, é que o país já atingiu um nível de desenvolvimento que permitirá superar a atual crise, principalmente pela busca de modelos alternativos de desenvolvimento, que priorizem a educação e a cultura, o combate às desigualdades e a sustentabilidade socioambiental. Apostamos ainda que os avanços ocorridos nos últimos anos resultaram em uma maior consciência popular sobre

seus direitos e sobre o valor da mobilização social para sua conquista e manutenção.

Com essa perspectiva em mente, a Ação Educativa deverá alocar esforços, ao longo deste quadriênio, na implementação de campanhas que alarguem o universo de pessoas comprometidas com os direitos humanos e com nossas propostas para as áreas da educação, cultura e juventude e que possam colaborar também financeiramente com nossas iniciativas. Dessa forma, promovemos junto à sociedade brasileira a cultura dos direitos humanos e do combate às desigualdades e discriminações, ao mesmo tempo em que ampliamos substantivamente a base de sustentação política e financeira de nossas causas.

Finalmente, a Ação Educativa continuará engajada na luta por um ambiente mais favorável às organizações da sociedade civil e à cooperação solidária. Como membro atuante da Abong – Associação Brasileira de ONGs, continuará mobilizada na luta por um marco regulatório que torne mais democrático, transparente e eficiente o acesso dessas organizações aos fundos públicos e que amplie e democratize os incentivos para doações de pessoas físicas e jurídicas a causas de interesse público.

A Ação Educativa deverá alocar esforços, ao longo deste quadriênio, na implementação de campanhas que alarguem o universo de pessoas comprometidas com os direitos humanos e com nossas propostas para as áreas da educação, cultura e juventude e que possam colaborar também financeiramente com nossas iniciativas.



EM DEFESA DA EDUCAÇÃO
por uma UNIVERSIDADE
PÚBLICA

**5 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E
DE FONTES DE RECURSOS**

5 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E DE FONTES DE RECURSOS

Para atingir os resultados previstos neste Plano Trienal, a Ação Educativa prevê que será necessário mobilizar recursos financeiros na ordem de 10,6 milhões de reais por ano. Nessa estimativa, considera o histórico orçamentário da instituição, o cenário de recessão econômica e os desafios colocados para a sustentabilidade das organizações de defesa de direitos no Brasil.

O quadro abaixo mostra como serão distribuídos esses recursos nos componentes orçamentários correspondentes aos quatro objetivos estratégicos desse Plano Quadrienal, além das despesas operacionais, administrativas e de manutenção.

Componentes orçamentários	Reais por ano
1. Promoção de práticas inovadoras de educação e cultura	3.017.087,50
2. Experiências educacionais e culturais em territórios	2.155.062,50
3. Mobilização social e incidência em políticas	2.586.075,00
4. Conhecimento e informação	1.939.556,25
5. Despesas operacionais, administrativas e manutenção	969.818,75
Total	10.667.600,00

A Ação Educativa já conta com o apoio de vários parceiros para a realização das ações previstas neste Plano Quadrienal: Pão Para o Mundo (agência de cooperação alemã) e Oxfam Brasil aportarão recursos para todo o período; Terre des Hommes (agência de cooperação alemã) e Programa Jovem Monitor/a Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo já têm previstos aportes para 2016 e 2017; para as atividades de 2016, contamos com apoios da Fundação Casa (Governo do Estado de São Paulo), Programa Nacional de Apoio à Cultura, Ministério da Justiça e Secretaria de Políticas para as Mulheres (Governo Federal), Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, Unicef, Open Society Foundation, Norwegian Church Aid (agência de cooperação norueguesa), Fundação Rosa de Luxemburgo, Instituto C&A, Instituto IBI, Fundação Via Varejo, Petrobrás, Fundação Itaú Social e Fundação Vale.

Com esse Plano Quadrienal em mãos, pretendemos continuar tendo o apoio desses parceiros e buscar novos cooperantes identificados com nossas causas. Pretendemos também ampliar nossa capacidade de gerar recursos próprios, aprimorando nossa atividade editorial com uma visão de negócio social sustentável e mobilizando apoio de pessoas físicas por meio de campanhas.



